



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVIII Nº 84, TERÇA-FEIRA, 30 DE MAIO DE 2023

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL)

2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)

3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1ª - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)

2ª - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)

3ª - (cargo vago)

4ª - (cargo vago)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha CoelhoCoordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de
Plenários**Ilana Trombka**

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 55ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 29 DE MAIO DE 2023

1.1 – ABERTURA	7
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Oradores	
Senador Paulo Paim – Destaque para a visita do Presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, ao Estado do Rio Grande do Sul, para inauguração de obras da área de refino e elogios aos resultados positivos apresentados nos cem primeiros dias da nova gestão da empresa estatal.	7
Senador Izalci Lucas – Cobrança ao Governo Federal de que seja efetivada a recomposição salarial dos profissionais da segurança pública do Distrito Federal. Críticas à inclusão, pela Câmara dos Deputados, de regra que limitaria o valor do Fundo Constitucional do Distrito Federal ao cumprimento da meta fiscal no parecer do Projeto de Lei Complementar nº 93/2023, que institui o novo arcabouço fiscal.	9
Senador Confúcio Moura – Celebração do Dia Nacional do Desporto Escolar. Defesa do Programa Territórios da Cidadania, que amplia a capacidade de acesso dos Municípios às políticas públicas. ..	14
Senador Zequinha Marinho – Insatisfação com a visita do Presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, ao Brasil. Preocupação com a suposta falta de segurança jurídica promovida pelo STF ao julgar matérias que seriam de competência do Poder Legislativo, como a flexibilização da lei antidrogas e o marco temporal das terras indígenas.	18
Senador Jorge Seif – Reprovação da recepção do Presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, pelo Governo brasileiro.	22
Senador Eduardo Girão – Críticas ao Presidente Lula pela recepção do Presidente da Venezuela, Nicolás Maduro. Apelo por manifestações populares, a partir do próximo dia 4, contra decisões do Governo Federal e do STF. Preocupação com a votação do novo arcabouço fiscal no Senado Federal.	25
1.2.2 – Convocação de Sessão	
Convocação de sessão deliberativa ordinária para 30 de maio de 2023, às 14 horas	29
1.3 – ENCERRAMENTO	29

PARTE II



2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Abertura de prazo

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei nº 5486/2020 (que tramita em conjunto com o Projeto de Lei nº 788/2023). 31

2.1.2 – Encaminhamento de expedientes

Encaminhamento do Ofício nº 16531/2023, do Ministério da Fazenda, à Comissão de Assuntos Econômicos. 33

Encaminhamento do Ofício nº 16881/2023, da Agência Nacional de Transportes Terrestres, à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. 34

2.1.3 – Projetos de Lei

Nº 2826/2023, do Senador Mecias de Jesus, que *institui o Auxílio às Famílias que vivem no Isolamento Energético Brasileiro (AFIEB), destinado a atenuar os custos da energia, dos combustíveis e do gás de cozinha para as famílias de baixa renda que vivem em localidades que não estão conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN)*. 36

Nº 2828/2023, da Senadora Damares Alves, que *altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para prever pena de confisco nos crimes praticados na direção de veículo automotor sob a influência de álcool ou qualquer outra substância psicoativa que determine dependência e que resultem em morte ou lesão corporal de natureza grave*. 42

Nº 2835/2023, do Senador Magno Malta, que *altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para vedar a dedução de contribuições a projetos culturais que contenham conotação sexual, erótica ou discriminatória envolvendo ou direcionados a crianças e adolescentes do imposto de renda das pessoas físicas*. 47

2.1.4 – Projetos de Resolução

Nº 62/2023, da Senadora Damares Alves, que *institui a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Pessoa Idosa*. 52

Nº 63/2023, da Comissão Diretora do Senado Federal, que *altera o Regimento Interno do Senado Federal e a Resolução do Senado Federal nº 3, de 2009, para criar a Comissão de Comunicação (CCom), a Comissão de Esporte (CEsp), e a Comissão de Defesa da Democracia (CDD) e redefinir as competências e a denominação da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE)*. 57

Nº 64/2023, do Senador Magno Malta, que *institui no Senado Federal a Comenda Ceci Cunha e dá outras providências*. 67

2.1.5 – Requerimentos

Nº 517/2023, do Senador Jorge Seif e outros Senadores, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei nºs 588 e 589/2023. 74

Nº 518/2023, do Senador Eduardo Girão, de voto de censura ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. 76



Nº 519/2023, do Senador Magno Malta, de homenagens de pesar pelo falecimento da Sra. Gladys Henriques Pinheiro.	80
Nº 520/2023, do Senador Jorge Seif, de voto de censura ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.	84

2.1.6 – Término de Prazos

Término do prazo, 26 de maio de 2023, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei nº 3024/2022.	88
Término do prazo, em 26 de maio de 2023, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei nºs 3765/2020 e 3930/2021.	89

PARTE III

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	90
4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	93
5 – LIDERANÇAS	94
6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	96
7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	101
8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	102
9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	127



Ata da 55ª Sessão, Não Deliberativa,
em 29 de maio de 2023

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência do Sr. Veneziano Vital do Rêgo.

(Inicia-se a sessão às 15 horas e 34 minutos e encerra-se às 17 horas e 31 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Fala da Presidência.) – Minhas senhoras e meus senhores, os meus cumprimentos, os nossos cumprimentos, da Presidência da Casa. Um ótimo início de semana para todos.

Havendo número regimental, nós declaramos aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão não deliberativa destina-se a discursos, comunicações e outros assuntos de interesse partidário ou parlamentar.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores poderão se inscrever para o uso da palavra por meio do nosso aplicativo Senado Digital, pela lista de inscrição que se encontra sobre a nossa mesa ou por intermédio dos totens disponibilizados na Casa, Senado da República.

Passamos à lista de senhoras e senhores oradores.

Pela ordem, S. Exa. o querido companheiro Senador Paulo Paim.

V. Exa. disporá de dez minutos regimentais – meus cumprimentos... De 20 minutos regimentais. Desculpe-me, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.) – Presidente, Senador Veneziano Vital do Rêgo, a sessão só está acontecendo porque V. Exa., atendendo ao pedido de alguns Senadores, veio do aeroporto direto para cá. Eu agradeço, então, a V. Exa.

Presidente, eu vou falar de um assunto, e sei que V. Exa. também comunga do meu pensamento sobre o tema, minha fala hoje, Presidente, é sobre a visita que o Presidente da Petrobras – meu amigo, seu amigo e ex-Senador Jean Paul Prates – está fazendo ao Rio Grande do Sul, meu estado natal e à cidade onde eu resido.

Na sexta-feira, 26 de maio, ele; o Presidente da Transpetro, Sérgio Bacci; e o Diretor de Processos Industriais e Produtos, William França da Silva, visitaram a Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), situada no Município de Canoas, no Rio Grande do Sul.

Canoas é colada a Porto Alegre, uma ponte as divide, e é lá que eu tenho o meu escritório político inclusive. Canoas é onde eu tenho uma base forte politicamente, mas, como todo político, nasci em Caxias, tenho toda a região da Serra, meu avô e meus pais eram de Bom Jesus, e aí eu vou percorrendo todo o estado, que tem 497 municípios. Mas Canoas é a sede da Petrobras, muito forte lá.

Além da agenda técnica com as equipes da unidade, Jean Paul Prates inaugurou uma das maiores obras da área de refino. Só ali foram R\$88 milhões em investimentos, só para implementar o novo sistema de tratamento para os gases de combustão da unidade e craqueamento, como ele disse, catalítico.

A Refap completará 55 anos agora, em setembro. Foi submetida recentemente, aí sim, à maior operação de manutenção da história da Petrobras, o que exigiu, lá no Município de Canoas, um investimento de R\$450 milhões.

O Presidente Jean Paul Prates me convidou para estar junto. Infelizmente, eu tinha que retornar a Brasília. Lá ele se comprometeu com os empregados da refinaria. Palavras dele: a Refap fica na Petrobras, não será privatizada, assim como toda a sua enorme contribuição como a maior empresa do Rio Grande do Sul, responsável pela geração de emprego e por aquecer a economia da região e garantir o suprimento de combustíveis em suas áreas de interesse – palavras do Presidente Jean Paul Prates.

Além disso, com o impacto econômico, a Refap também promove ações integradas não só em Canoas, mas por toda aquela região que a gente chama de grande Porto Alegre, que é a capital de todos os gaúchos e gaúchas. Temos um forte compromisso com a responsabilidade social. Ele lembrou do Projeto Criança Cidadã, que atende a 250 estudantes de escolas de ensino fundamental em escolas públicas do município, em busca de promover suas potencialidades e autonomia enquanto agentes construtores do futuro e comprometidos com as políticas humanitárias.



Jean Paul, Presidente da nossa Petrobras, esteve também na Fiergs (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul), onde foi muito, eu diria, acariciado, tratado, aplaudido pelo empresariado gaúcho.

O país pretende lançar plano indutor para a indústria naval. É muito importante a reativação da indústria naval do Rio Grande do Sul, que já foi um dos polos nacionais desse segmento. Em 2010, o setor gerava 34,5 mil empregos no país, 1,2 mil no Rio Grande do Sul e 778 no Porto de Rio Grande. Um ano depois, em 2011, as oportunidades aumentaram em quase 150%, bateram 2.895 postos de trabalho no Rio Grande, dentre os quais 2.387 estavam no terminal portuário gaúcho, o que equivale a 85% do total. No ano seguinte, em 2012, o setor já contabilizava 7.171 funcionários no estado e 6.695 deles estavam lotados em Rio Grande, o que deu um impulso na economia daquela região, região sul do nosso estado. O apogeu viria em 2015, com 8.585 postos de trabalho, 7.190 no município.

Hoje, 29 de maio, o Presidente Jean Paul Prates tem uma intensa agenda no Rio Grande do Sul. Eu só não estava lá, Presidente, porque eu tive que voltar para Brasília porque esta semana nós votaremos o projeto sobre salário igual entre homem e mulher na mesma função.

Nesse sentido, fiz uma audiência pública muito concorrida, com cerca de 20 painelistas, hoje pela manhã, que estão animados com o projeto encaminhado pelo Presidente Lula, aprovado por ampla maioria na Câmara, e para mim não vai ser diferente no Senado, porque o Senado já votou por duas vezes essa matéria, e só não foi sancionada porque o Presidente anterior se negou a sancionar.

Mas enfim, Jean Paul Prates está no Rio Grande, tem uma extensa e longa agenda no meu estado, visitando portos, estaleiros do Brasil, estaleiros do Rio Grande, reunião na Câmara do Comércio da Cidade de Rio Grande, além de uma visita à Refinaria Riograndense, que fica no extremo sul do país e que é a mais antiga refinaria em operação no Brasil.

A Região Sul do estado, que muitas vezes é conhecida como a região pobre, está animada, porque estava muito bem, com milhares de emprego e comércio rodando, todo mundo ganhando e crescendo com a refinaria no pique em que estava. Infelizmente, a partir da saída de Lula e Dilma, a refinaria caiu. A Refinaria Riograndense volta agora a todo vapor, pertence à Petrobras, à Braskem e ao Grupo Ultra.

Essa visita traz outra grande notícia para o meu estado, o Rio Grande do Sul, e para o Brasil, pois o nosso amigo – porque ele é unanimidade, entendo eu, aqui no Senado –, Jean Paul Prates, pela sua competência, qualidade, é um profissional do mais alto nível. Lembro que, no dia em que ele foi indicado para Presidente da Petrobras, ele recebeu – eu diria – um abraço, de todos os Senadores e Senadoras. Jean Paul Prates assina hoje termo de cooperação técnica que visa tornar a Refinaria Riograndense a primeira biorrefinaria do Brasil.

Em outubro, a Petrobras faz 70 anos e segue rumo ao futuro, com muita força. No dia 6 de maio, o Presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, completou cem dias à frente da maior companhia da América Latina.

Destaco que o preço do diesel da Petrobras, nas refinarias, caiu 23%; da gasolina, reduziu 4%; e, do gás natural, 19%; 1.540 novos trabalhadores foram aprovados, em processo seletivo público, para atender às necessidades de crescimento da empresa, já foram convocados.

A Petrobras bateu o recorde de produção no pré-sal: 2,13 milhões de barris de óleo equivalente, por dia, em fevereiro. Repito: a Petrobras bateu recorde de produção no pré-sal, com 2,13 milhões de barris de óleo equivalente, por dia, em fevereiro, a 2,5 milhões no primeiro semestre. A maior eficiência permitiu que a produção da empresa crescesse 1,1% em relação ao último trimestre do ano passado.

Foram assinados R\$22,8 bilhões em contratos promovidos, cerca de R\$1,4 bilhão em financiamentos aos fornecedores por meio do Programa Mais Valor.

Outros marcos em cem dias: aprovação do teletrabalho em tempo integral para as pessoas com



deficiência, novo posicionamento sobre a diversidade, o combate ao assédio e à discriminação; novos procedimentos de prevenção, recebimento e tratamento de denúncias de violências sexuais no ambiente de trabalho; a assinatura do termo de adesão ao Movimento Mente em Foco do Pacto Global da ONU no Brasil; nova política de reconhecimento e recompensa para os empregados; criação da Diretoria de Transição Energética e Sustentabilidade – muito importantes no tempo em que todos nós e o mundo esperam o compromisso, cada vez maior, do Brasil na defesa do meio ambiente –; criação da Diretoria de Transição Energética e Sustentabilidade.

São mais de 50 medidas visando à construção da Petrobras do futuro, uma empresa protagonista da transição energética justa e sustentável, focada em cuidar das pessoas, dos seus trabalhadores, de todos os empregados. A rede toda de sustentação é comprometida com o desenvolvimento do Brasil. Digo tudo isso, Sr. Presidente, porque a Petrobras sempre foi um símbolo. É a maior estatal que a gente já teve neste país, com destaque em nível internacional, ficando entre as cinco principais.

Neste momento em que ela volta com todo o vapor, isso é bom para todos: é bom para o Brasil, é bom para a nossa economia, é bom para os programas sociais porque, a Petrobras é uma empresa que tem compromisso com o social e tem demonstrado isso na sua história e, por que não dizer, principalmente agora, com a Presidência desse quadro que tem credibilidade em nível internacional. Quando estive aqui, no Congresso, demonstrou todo o seu potencial ao discutir grandes temas da nossa nação.

Vida longa a Jean Paul Prates, Presidente da nossa Petrobras!

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, Senador Paulo Paim, reforçando, *ipsis litteris* as suas palavras, as considerações em reconhecimento ao trabalho que o ex-Senador e querido companheiro Jean Paul Prates tem feito à frente da nossa Petrobras. Há alguns dias, V. Exa., eu e outros companheiros referendávamos e reconhecíamos os menos de quatros meses de atuação dele e de seu competente grupo de trabalho, da direção. Então, nossas saudações ao ex-Senador e hoje Presidente da Petrobras por tudo o que ele tem podido fazer e por tudo aquilo que planejadamente nós haveremos de ter da nossa estimadíssima empresa Petrobras. Nossas saudações.

Senador Izalci Lucas como o nosso próximo inscrito. V. Exa. tem 20 minutos, regimentalmente, para fazer uso da palavra.

Seja bem-vindo. Boa tarde!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discursar.) – Obrigado, Presidente, assunto não falta, apesar de a minha voz estar, de certa forma, um pouco comprometida.

Nós temos aí, Senador Zequinha, Senador Confúcio, Presidente Veneziano, Senador Paulo Paim, alguns problemas.

Primeiro, nós, na última reunião do Congresso Nacional, fizemos um acordo com o Governo, acordo esse que aconteceu no dia 26 de abril. A primeira reunião da CMO foi no dia 25; no dia 26 de abril, eu fiz um destaque para o Plenário, que era sobre a questão do reajuste dos servidores. Houve um equívoco no Anexo V da LOA, que não foi ajustado a tempo. Nós poderíamos simplesmente até ignorar o anexo, mas nós fizemos um destaque e fizemos um acordo com o Governo, porque estava incluído... Não sei quem colocou, que não conhece a questão do DF, mas colocou realmente o DF junto com o reajuste normal dos servidores.

Nós estamos aqui, Senador Veneziano, com a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar há quase dez anos, quando foi o último reajuste deles. O salário dos policiais, hoje, do policial civil, está entre o 20º e 24º lugares, considerando a questão de alguma gratificação, mas no 24º lugar em termos de



remuneração. E olha que, sempre... Porque, quando foi criado o Distrito Federal, tinha a opção: o policial civil aqui poderia optar em ir para a Polícia Federal, porque a mesma lei que regulamentou a Polícia Civil daqui regulamentou a Polícia Federal. Então, sempre teve a equiparação, com salários iguais – sempre!

No Governo Dilma, o Agnelo queria dar o aumento – e, olhem bem, no Governo Agnelo ainda –, a Dilma pediu que não desse, porque ela não tinha condições de dar aumento para a Polícia Federal naquele momento. Depois, acabou que ela deu, e o DF não deu. Depois, veio o próximo governador, Governador Rodrigo Rollemberg. Não conseguiu conversar, ter um diálogo com a Polícia Civil. Aí, consequentemente.... Nós chegamos a aprovar, tanto na CMO quanto no Congresso, o reajuste, em três vezes, de 37,5%, na época, para equiparar, mas não se concretizou. A Polícia Federal ficou 37% acima da Polícia Civil. Depois, veio o primeiro Governo Ibaneis, que também prometeu o reajuste da equiparação. E, aí, nós também aprovamos na CMO, aprovamos no Congresso, mas o Presidente Bolsonaro condicionou a dar um reajuste igual ao da Polícia Militar, e acabaram dando 8%, que foi menos do que aquilo que aumentou com a reforma previdenciária. Portanto, a nossa defasagem é imensa já há algum tempo.

E o pior: fizemos o acordo. Para mim, acordo aqui, no Parlamento... O patrimônio de qualquer político, principalmente dos Líderes, é a palavra! Se você dá uma palavra e não cumpre, como você vai fazer acordo? V. Exa., que já participou da CMO, da reunião do Congresso, V. Exa. sabe que a CMO só funciona com acordo, porque qualquer um, qualquer Líder pode obstruir a pauta, criar problemas e não deixar acontecer. Por isso que a gente funciona com acordo. E fizemos esse acordo com o Líder do Governo, o Senador Randolfe, que é o Líder do Governo no Congresso, e que nós combinamos.... Foi na terça a reunião da CMO; na quarta, a reunião do Congresso. Na reunião do Congresso, eu fiz o destaque e retirei o destaque condicionando que nós, em até 30 dias, faríamos os ajustes e daríamos o reajuste da segurança pública.

Bem, ficou acertado que, no dia seguinte, faríamos uma reunião no palácio; não aconteceu. Marcaram para sexta-feira, no dia seguinte, para as 10h da manhã; meia hora antes cancelaram a reunião. Mas eu fui lá assim mesmo – lógico, eu fui cobrar.

Entrei, falei com o Padilha, que é o Ministro das Relações Institucionais; ele não estava sabendo. Na agenda dele tinha uma reunião técnica no dia 5, na semana seguinte – 5 de maio –, mas fomos à cerimônia, porque estava sendo anunciado o aumento do servidor, conversamos com os técnicos e acertamos que o GDF daria todas as informações necessárias, e deu. E ficou aquele jogo: pede mais informação, pede outra. Queriam colocar outros assuntos e eu disse: olha, o que foi combinado não foi isso, o assunto aqui são os 18%, que foi o reajuste encaminhado pelo GDF, sob minuta, para o ministério para encaminhar a medida provisória, editar uma medida provisória.

Bem, eu sei que hoje é 29 de maio; portanto, já se passaram os 30 dias. E aí alguém hoje... Não, mas eu estou cobrando, todo dia eu cobro. Ah, mas o que tem o arcabouço fiscal? Não tem nada a ver com isso, o nosso acordo foi de 18% e pronto. Se tem outra matéria, vamos discutir depois.

Então, eu vou aqui fazer um apelo para que o Governo, principalmente o Líder do Governo no Congresso, o Senador Randolfe, cobre esse negócio. Não dá para ficar postergando uma coisa que foi acordada.

É o apelo que eu faço aqui para os Senadores, para V. Exa., que tem um diálogo muito bom com o Governo, para que não aconteça isso, porque, se não cumprir o acordo, como é que a gente vai fazer qualquer outro acordo para votação no Congresso Nacional? Fica difícil.

Bem, então esse era um assunto importante, continua sendo, e eu espero, já tem... Na sexta-feira o Governo mandou as últimas informações, convencei com a assessoria que participou do acordo, e nós estamos aguardando. Estou esperando aqui, inclusive, uma ligação para saber se será encaminhado hoje ou amanhã o PLN, porque chegando o PLN, Senador, ainda tem que marcar a CMO, marcar o Congresso,



para poder, de fato, passar o reajuste da segurança pública. E, na prática, essa recomposição – não é nem reajuste, é recomposição parcial – precisa ser aprovada o mais rápido possível.

Para a nossa surpresa, semana passada, nós estávamos discutindo – eu pelo menos não cheguei a discutir o texto, mas na Liderança teve reunião com o Governo – a questão do arcabouço fiscal. Acompanhei na Câmara e, por incrível que pareça, Senador Zequinha, vamos precisar do apoio de V. Exa. Senador Jorge, Senador Confúcio, Senador Veneziano, nós vamos precisar do apoio sobre o arcabouço fiscal.

O Cajado, que é o Deputado, que foi Deputado com a gente há muitos anos, na CMO, resolveu simplesmente botar uma emenda sobre o Fundo Constitucional do DF; incluiu o Fundo Constitucional como uma emenda de Relator num projeto do arcabouço que sequer foi discutido. Como é que eu boto uma emenda, na última hora, que pode mudar a vida da cidade, que é a capital do país? Brasília não é a capital só minha, não; é a capital de todos.

O Zequinha sabe o que seria a Região Norte, o que seria realmente o Centro-Oeste, até o Nordeste, se não fosse a capital do Brasil. O sonho de JK, a realização dele, o sonho de Dom Bosco. Vocês não imaginam. Eu cheguei aqui em 1970, mas eu fico imaginando os anos de 1954, 1958, 1959. Não tinha nada aqui, para chegar aqui, eu, em 1970, já levei dois dias para chegar aqui, num caminhão! Então, naquela época, imagino que não tinha nada. O cara vinha de cavalo, sei lá como, não é? Tem histórias aí contando que, quando veio o primeiro transformador, ainda caiu dentro do rio; levaram três meses para devolvê-lo para São Paulo para consertar. Então, Brasília, que é a capital de todos, tem um papel, assim, fundamental.

Agora, para trazer o pessoal cá, você acha que os professores que estavam no Rio de Janeiro – os Parlamentares também, mas principalmente os professores, a segurança pública – vinham assim com o maior carinho? Não. O cara para vir aqui para o meio do mato, porque aqui era um mato, um cerrado que nem produzia nada, teve que receber uma série de vantagens. O professor tinha a dobradinha – professor, não, todos –, a segurança pública, para virem para cá, tinham uma série de vantagens.

Então, Senador Veneziano, todo mês, desde a inauguração, todo mês, os Governadores tinham que vir aqui, com o pires na mão, para pedir ao Governo Federal para liberar o recurso, e ele pagava todo mês, mas pedindo assim com pires. Aí, em 2002, quer dizer, bem depois, então, o Fernando Henrique – o Senador Ramez Tebet era o Presidente do Senado –, no último minuto do mandato, assinou a lei do fundo constitucional. O que diz o fundo constitucional? Ele foi criado para manter e organizar a segurança pública. Então, 100% da nossa segurança são pagos ao fundo constitucional. Tudo! E olha, Senador Zequinha, que na época em que foi criado o fundo, não tinha nenhum aposentado, nenhum aposentado nem pensionista! E a União sempre pagou 100% da educação, da saúde e da segurança. Lógico, que depois esses percentuais não são os mesmos.

E aí o Governo, então, instituiu o fundo, e auxilia na manutenção do funcionamento da educação e da segurança. Eu sei que hoje quase a metade do fundo é para pagar aposentado e pensionista; daqui a dez anos, provavelmente dá para pagar os aposentados e pensionistas.

Aí vem o Cajado, bota uma emenda simplesmente botando no teto constitucional: “Ah, mas os técnicos disseram...”. Como assim? O que a gente tem que fazer é tirar do texto. Se querem discutir o fundo, vamos discutir o fundo, mas não assim na calada da noite.

Então, a gente vai precisar de cada Senador. Amanhã, 8h30 da manhã, nós estaremos com o Relator, que é o Senador Omar Aziz.

O Sr. Zequinha Marinho (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Um aparte, meu Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Pois não, Senador Zequinha.

O Sr. Zequinha Marinho (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. Para apartear.) – Eu acho



que o Deputado Cajado não refletiu sobre o que significa isso na prática, quando procedeu da forma como fez. Mas eu quero dizer ao nobre colega que a gente luta pela vida na Região Norte e sabe como é importante esse tipo de complemento de recursos. Lá nós temos o Fundo Constitucional do Norte, que financia e que contribui de uma forma muito positiva com o desenvolvimento daquela região. Claro que nunca alcançou a sua meta final com que se pudesse dizer: “Nós nos realizamos”. Não. Até hoje ainda temos muitas dificuldades, mas, se não fosse o Fundo Constitucional do Norte (FNO), nós estávamos numa situação muito pior.

Em Brasília, no Distrito Federal, que atrai para cá gente de tudo quanto é canto deste país, ou até de fora dele, a decisão de criar isso no passado foi sábia, foi correta, foi perfeita. Retirar, hoje, quando a demanda está lá em cima? Como você disse, naquele tempo, não tinha ninguém aposentado, naquele tempo, era todo mundo novo, trabalhando. Hoje, não, você tem que sustentar os que estão na ativa e tem que sustentar os que estão na reforma, na reserva e assim sucessivamente.

Digo ao nobre amigo que conte conosco nesta pauta para a gente ajudar o DF a ter paz e segurança com relação ao recurso do fundo constitucional.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Senador Zequinha.

Alerto que muitos Deputados novos e Senadores, acho que o Senador Jorge é um dos mais novos aqui, juntamente com o Presidente, que Brasília tem um símbolo, um quadradinho. Não tem como implantar aqui grandes indústrias. Não tem espaço para isso. Nós não temos agro, apesar de ter a melhor competitividade, qualidade aqui, mas é insuficiente a área para concorrer com qualquer um. Nós vivemos aqui exatamente dos servidores públicos da área federal, do Judiciário, dos Executivos Federal e local. Essa é a nossa fonte de renda maior.

Tem alguma coisa? Tem, mas jamais nós conseguiremos concorrer com São Paulo, com Santa Catarina ou com o próprio Pará, mesmo com Rondônia. O Senador Confúcio sabe que eu passei muitos anos trabalhando, fazendo auditoria naquela região. Nós não temos como competir.

E Brasília não foi criada para isso. Se você pegar o mundo todo, as capitais, nos Estados Unidos, são todas cidades administrativas. Ainda mais: nós fomos criados para ter 500 mil habitantes. Hoje, nós temos 3,1 milhões, mais 1,5 milhão em volta. Então, praticamente 4,5 milhões, com o mesmo fundo. Para quem não sabe, grande parte dessa comunidade que mora na região metropolitana morava aqui. E as coisas vão ficando mais caras e vão mudando. Nós temos 1,5 milhão que trabalham aqui, têm emprego aqui, têm escola aqui, têm saúde aqui.

Não é discutir. Discutir, a gente discute. Eu fiz auditoria do fundo como Deputado, acompanhei, conheço o fundo como ninguém, mas não dá para você, com uma emenda na calada da noite, mudar. Lá na Câmara, até falamos: só falta apresentar um projeto e mudar a capital para Salvador de novo ou para o Rio.

Mas a gente tem que olhar o DF com muito carinho. O DF tem um papel fundamental. Brasília tem um papel fundamental para este país. Se hoje nós consolidamos realmente a Federação, se a gente consolidou o país como nosso mesmo... O Zequinha sabe, tem Rondônia, muito próxima das fronteiras, o Acre. Foi uma conquista, porque, se não tivesse Brasília, nós não teríamos avançado como o maior exportador. Hoje, o agro é Centro-Oeste. A Embrapa desenvolveu.

Então, Senador Girão, nós estamos falando aqui sobre a emenda. E conto com o Ceará, com o apoio integral dos Senadores para tirar esse jabuti, porque jabuti não sobe em árvore. Alguém colocou ele lá. E a gente precisa resolver isso, em nome de todos, porque, aqui, Brasília é a capital.

Tem vários Deputados que moram aqui, que ficam aqui, Senadores que moram. Ontem, no *Correio Braziliense*, saiu uma reportagem com José Sarney. José Sarney foi o primeiro Parlamentar a mudar para



cá e contou a história sobre o que representou, o que representa Brasília ainda para o país.

Então, eu vou fazer aqui um apelo para todos os Senadores nos ajudarem muito.

O Senador Omar Aziz já entendeu, realmente, essa dificuldade de pegar essa relatoria, mas a gente só quer manter o projeto que foi encaminhado, que não tinha isso. E, se quiser discutir o fundo, eu mesmo sou o primeiro a discutir com qualquer um sobre o fundo constitucional, mas não colocar como emenda. E aí, da noite para o dia, volta o negócio e tira o que pode mudar a vida dos brasilienses, a vida dos candangos, que ainda temos muitos aqui. Mas é imprescindível o apoio de cada um dos Senadores.

Eu faço esse apelo para que, amanhã, a gente possa conversar com todos e num consenso – é evidente, o Confúcio está aqui e sabe da questão do Fundeb também... Amanhã, essas votações vão acontecer e nós vamos saber – não é, Senador Confúcio? – quem defende a educação neste país, porque no discurso todo mundo apoia a educação, todos! Agora, na hora de votar, eu quero ver, amanhã... Amanhã não, esta semana, ou na semana que vem, porque também não dá para admitir, Senador Jorge, uma matéria tão relevante vir direto para o Plenário. Ela terá que seguir, no mínimo, para a CAE, para se fazer uma audiência para discutir.

O arcabouço fiscal tem vários problemas. Além do fundo constitucional, nós temos a questão do Fundeb, temos a questão da responsabilidade fiscal, porque a gente não pode abrir mão dessa questão. Então, tem muitos assuntos que a gente tem que avaliar. Eu acho que é necessário, é importante ter uma regra fiscal, mas jamais abandonar a responsabilidade.

O Sr. Jorge Seif (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Peço um aparte ao senhor, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Pois não, Senador Jorge.

O Sr. Jorge Seif (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para apartear.) – Boa tarde ao senhor. Boa tarde, Sr. Presidente, Senador Veneziano, é um prazer em revê-lo.

Ainda temos aqui... Bom, sejam bem-vindos todos aqui ao Senado, essa juventude, os futuros Parlamentares do nosso Brasil. Sejam bem-vindos. Esta é a Casa de vocês e obrigado pela visita ao Senado Federal.

Senador Veneziano, Senador Izalci, Senador Girão, essa preocupação que o senhor traz, Senador Izalci, eu já externei, inclusive ao nosso Presidente Rodrigo Pacheco, e não se trata, de forma nenhuma, de qualquer questão político-partidária ou ideológica. O que nós estamos fazendo é revogando uma metodologia de controle fiscal e evoluindo para uma outra. Perfeito! As políticas públicas podem e devem ser melhoradas, porque o mundo muda, as coisas evoluem, as necessidades... Vimos, sim, alguns problemas, no atual modelo de teto de gastos, perfeito.

(Soa a campanha.)

O Sr. Jorge Seif (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – No entanto, é importantíssimo que nós, ainda que dando celeridade dentro das Comissões, seja amplamente debatido, porque nós estamos falando de endividamento dessa juventude que está aqui nos assistindo hoje, dessa garotada que vai pagar a conta, se algo for mal escrito, mal desenhado ou mal planejado. Então, passar direto pela Câmara e passar direto para o Plenário do Senado é realmente muito temeroso para o futuro fiscal do Brasil, em se falando de um país que paga bilhões de juros por suas políticas do passado irresponsáveis fiscalmente.

Então, faço coro ao senhor. Já fiz esse pedido ao Senador Rodrigo Pacheco, e reforço o pedido com o Senador Veneziano. Tudo que for da nossa possibilidade de acelerar dentro das Comissões, Senador Izalci, nós o faremos, porque entendemos que o país tem pressa, mas votar diretamente aqui no Plenário, sem passar pelas Comissões, é realmente de grande temeridade para o futuro fiscal do nosso Brasil.

(Soa a campanha.)



O Sr. Jorge Seif (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito obrigado pelo aparte.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Presidente, só para agradecê-lo e pedir o empenho de V. Exa., que é conhecedor, como ninguém, da capital, e tem um prestígio muito grande aqui na Casa, que a gente possa realmente retirar essa emenda, para a gente poder discutir o restante do texto, o que era o objetivo do Governo. Não estava no texto.

Então, peço o apoio de V. Exa., que tem muito prestígio aqui no Senado e no Governo. O Governo diz que realmente não tem intenção, mas a gente não sabe quem é que colocou isso aí, mas eu peço o apoio de V. Exa.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado a V. Exa., Senador Izalci Lucas, e, efetivamente, como também bem pontuou o Senador Seif, chegando à Casa – como já chegou, sob a responsabilidade de um competente companheiro, Senador Omar Aziz –, nós haveremos de dar a essa matéria, que muito significativamente tem a emprestar à realidade futura do país, as atenções e as correções. Pertinentes de V. Exa. levantar essa questão para que nós, aqui, já conheçamos devidamente sobre o foco que haveremos de dotar. Então, de nossa parte, é essa sensível posição que haveremos de ter. Meus cumprimentos, Senador Izalci Lucas.

Eu, antes de convidar nosso querido Senador que já está subindo à tribuna, Senador Confúcio Moura, quero saudar a todas as jovens, a todos os jovens alunos do ensino médio do Colégio Miguel de Cervantes, de São Paulo. Sejam todos muito bem-vindos, como já o fez Senador Jorge Seif.

Senador Confúcio Moura, V. Exa. tem 20 minutos regimentais para uso da palavra e da tribuna do Senado. Boa tarde.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discursar.) – Boa tarde.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares presentes, telespectadores, visitantes, dia 25 passado foi o Dia Nacional do Desporto Escolar. O desporto escolar é um instrumento de transformação da vida de milhares de estudantes atletas, promovendo e incentivando, através das competições escolares e da prática esportiva, inúmeros benefícios, tais como a cooperação, a disciplina, a responsabilidade, a atuação em grupo, a solidariedade, a integração, entre tantas outras qualidades.

Os eventos esportivos escolares, tais como os jogos brasileiros, proporcionam, além das experiências vivenciadas na prática do esporte, vivências e experiências com a saída do seu estado de origem; viagens de avião – pela primeira vez, para muitos alunos –; hospedagem em hotéis; acesso à cultura e ao turismo, através do dia de passeio cultural; e apresentação das belezas das regiões visitadas e peculiaridades dos estados onde acontecem as competições.

Bem, então, dia 25 passado foi o Dia Nacional do Desporto Escolar. São as famosas aulas de educação física nas escolas. São justamente essas práticas que... Em muitas escolas brasileiras, as aulas de educação física são realmente vazias, e os professores de educação física, nas escolas, geralmente não têm os equipamentos necessários, às vezes a quadra está danificada, o piso está estragado, os tetos estão em dificuldade e muitas improvisações, mas esses professores, realmente, fazem o possível para manter as suas aulas.

A movimentação e a integração das práticas esportivas nas escolas criam um ambiente saudável muito bom. Ainda mais agora, depois de tantas crises psicológicas dos alunos e da violência nas escolas, eu acredito que a prática esportiva, que o esporte estabelece limites. Onde tem o esporte – o vôlei, o futebol, o futsal – tem sempre um juiz, tem sempre um apito e ali se estabelece um limite, uma regra. Há regras a cumprir.

Então, é muito importante a prática esportiva escolar na formação da personalidade dos alunos, além



também do entrosamento, de saudáveis e inesquecíveis amizades feitas nas quadras, nos grupos de jogos, que a gente não esquece nunca na vida. Isso é muito importante para a educação. Não só devemos tratar com crítica as escolas, muitas vezes, falando do déficit e da má qualidade educacional. Disso, realmente, todos nós sabemos, mas, através das práticas esportivas, a gente leva um novo alento à sala de aula.

Mário de Andrade, lá nos idos anos 30, já criava a escola lúdica, a escola com brincadeira, porque a gente pode aprender brincando, aprender participando, aprender comungando uns com os outros.

Então, nós vemos muitas cidades em que a escola é o prédio mais bonito daquela comunidade, daquela cidade do interior, mesmo de um bairro. Muitas escolas têm quadras esportivas, que, muitas vezes, são subutilizadas.

Aqui em Brasília, no passado, na época do Governador Roriz, ali em Planaltina, tinha umas gangues muito rebeldes e perigosas. Ele criou o chamado Esporte por Toda Parte e o Esporte à Meia-Noite, com a abertura das quadras e dos espaços esportivos escolares para as comunidades. A escola, nos finais de semana, pode ser aberta para casamentos, batizados, festejos comunitários e práticas esportivas. O entorno da escola pode ser transformando em um agente dinâmico da educação para todos.

Então, eu quero saudar todos os professores de Educação Física e todos aqueles que se preocupam com a organização dos Jogos Escolares do Brasil, porque o dia 25 passado foi um dia memorável: o Dia do Desporto Escolar.

Outro fator que eu quero introduzir, no meu discurso, Sr. Presidente, é que nós tivemos uma experiência muito boa, no passado, de alguns governos brasileiros, quando foram criados os chamados Territórios da Cidadania, que, devido à diversidade nacional, são uma oportunidade de promover um novo modelo de desenvolvimento no país, em que essas diferenças e essa diversidade devem se transformar em um motor de aceleração do desenvolvimento inclusivo e integrado, através desse continente que é o Brasil, formado de várias peculiaridades, de vários sotaques, várias culturas que nós temos nos nossos estados, um diferente do outro, múltiplos brasis. Então, esses Territórios da Cidadania, geralmente focados na agricultura familiar, mexeram muito com políticas públicas no chamado Brasil profundo, onde se exprimem as desigualdades regionais mais evidentes.

O Programa Territórios da Cidadania, executado em escala municipal, reforçou a importância dos municípios na administração pública. Sabemos que os pequenos municípios têm dificuldade de acesso a determinadas políticas públicas. Na maioria dos casos, possuem pouca capacidade técnica e orçamentária para planejar e realizar bons projetos e executar de maneira eficiente programas governamentais. Mas, se esses municípios estão associados em um território, com o apoio de organizações da sociedade civil, das universidades e de outras entidades públicas estaduais e federais, a sua capacidade é significativamente ampliada e as possibilidades de acesso se multiplicam.

O Programa Territórios da Cidadania atendeu aos territórios mais pobres do nosso país com forte presença na agricultura familiar, na reforma agrária, nas comunidades quilombolas e nas populações indígenas. O colegiado territorial é composto de organizações da sociedade civil e pelas três esferas governamentais. A primeira tarefa desse colegiado é um plano territorial de desenvolvimento rural sustentável. Isso é muito importante.

Então, Sr. Presidente, é uma experiência boa. Eu sempre falo aqui, nos meus pronunciamentos, que tem muita coisa boa que a gente abandona para trás, que tem muito projeto e programa bom que a gente esquece, não aproveita e não dá continuidade. Esse é um projeto fabuloso, importante, que deve ser realmente trazido à tona, primeiramente, para se implantar uma reforma agrária de verdade, para a gente dar a terra a quem precisa trabalhar nela, às vezes pequenas glebas.

O Estado de Santa Catarina, por exemplo, é um estado de pequenas glebas, é um estado das colônias, é um estado em que eles se organizaram, depois dessas pequenas colônias isoladas, em cooperativas



organizadas. Isso deu um dinamismo econômico ao Estado de Santa Catarina. E eles vieram fazendo isso ao longo do tempo, e a coisa está dando certo, deu certo.

Assim, para estados como Rondônia, o Estado do Tocantins e outros estados do Nordeste, em que temos pequenas glebas, pequenas áreas, é muito importante essa organização das comunidades em territórios, em reforma, em posse, em documentação, em regularização fundiária.

Nós estamos vendo, Sr. Presidente, algo que parece um contrassenso. A gente pensa que regularizar a terra é só lá na Amazônia, em Mato Grosso, no Tocantins; mas, aqui dentro de Brasília – o Izalci não está aqui, mas ele sabe disto –, há uma quantidade de condomínios irregulares invadidos, terras ocupadas indevidamente, posseiros ocupando áreas públicas, ocupando unidades de conservação, desmatando o Cerrado, onde é para ser unidade de conservação. Então, é fundamental que essas coisas sejam regularizadas.

E tem uma dificuldade muito grande de se operar essa regularização fundiária no Brasil. Eu acredito que temos que descer o modelo; nós temos que descer, ir atrás do município. O município é um agente importante para poder regularizar terras – a aplicação da reforma agrária deve ser feita pelos municípios. Vão falar: “Mas nós não temos dinheiro para desapropriar fazendas grandes, para assentar gente. Nós não temos recursos para realmente monitorar, gente contratada, técnicos de alto nível para encher o Incra como ele era no passado – uma potência de instituição”. Mas hoje nós temos a tecnologia, gente. Nós temos o georreferenciamento, nós temos aí uma série de satélites que podem, muitas vezes, substituir aquela vistoria que era feita a cavalo, de moto, de bicicleta, de jipe traçado. Hoje ela é feita por tecnologia com aproximação, com uma margem de erro muito pequena. Então, nós temos que substituir, muitas vezes, esses bandidos concursos públicos, que nunca chegam e nunca satisfazem, pela tecnologia moderna, para a gente poder regularizar as terras.

Tem muitos posseiros... Esses posseiros que eu falo aqui são cidadãos que ocuparam de boa-fé áreas há 40 anos. Eles estão lá naquela gleba, criaram seus filhos, já têm netos que nasceram ali, e eles não têm a posse da terra para tirar um crédito, um financiamento pequeno em banco; não há a possibilidade por falta das garantias. É indispensável que a gente reveja o modelo de implantação da reforma agrária.

Outra possibilidade muito boa tem sido o crédito fundiário: o Banco do Brasil abre o crédito e aquelas pessoas interessadas em adquirir uma gleba adquirem em 20 anos de prazo, com juro baixo – adquirem a gleba, passa a ser deles. Na maioria dos casos, pagam com cinco anos; na maioria dos casos, os colonos pagam a dívida deles com cinco anos, não precisam nem de 20 anos. É uma maneira alternativa de se fazer também reforma agrária. O modelo tradicional está fracassado. As grandes fazendas, as grandes áreas ocupadas vão para a Justiça. E, nas varas dos tribunais superiores e dos tribunais de primeira instância, está cheio de ações de proprietário de terra contra ocupações indevidas.

Então, você veja bem, a coisa é mais complexa. Não se tem dinheiro para poder pagar essas fazendas todas ocupadas. E nós precisamos documentar as pessoas para movimentar a economia brasileira, para movimentar o crédito, movimentar a produção. E a pessoa poderá ter o sentimento de, já velho, falar assim: “Essa propriedade, essa chácara, esse sítio é meu. Eu tenho aqui o documento, que eu vou deixar para os meus filhos quando eu faltar”. Isto é o que os velhos falam: “Eu preciso do documento. Como é que eu vou morrer e não deixar nada, só problema, para os meus filhos?”. Isso é extremamente grave. Então, é indispensável que a gente repense os modelos que vêm caminhando no tempo.

Ora, o tempo... Há mais de 50 anos, isso não vai para frente. As reclamações são sempre as mesmas. São as mesmas pessoas clamando pela legalização. São os mesmos posseiros ocupando terras e produzindo há muitos anos – não é desmatando áreas novas, não; são posses antigas no meio de fazendas. E tem projetos de assentamento feitos pelo Incra que não tem documento. Pegam o cidadão, a família, levam para a gleba, metem a terra, entregam a terra para ele: “É sua”. E tem 20, 30 anos que não tem documento – o



Incrá estimulando a ilegalidade. Então, é um “posseiro oficial”, entre aspas. Coisa horrorosa!

Essas coisas todas a gente tem que rever. O Brasil precisa mudar, a gente tem que mudar. Aquilo que está dando certo, as coisas boas paralisadas, vamos trazer de volta; aquilo que realmente não deu certo, por exemplo, o modelo tradicional de reforma agrária, vamos ajustar. Tem hoje aí, meu Deus do céu, tantas plataformas, tanta coisa bonita, tanta coisa rápida, tanta coisa instantânea, que a gente pode fazer uma revolução de documentação neste país, entre aspas, “ilegal”.

Era só isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, Senador Confúcio, sempre trazendo as lúcidas colocações nas abordagens do seu pronunciamento.

Ao Senador Confúcio, a alegria de todos nós que estamos em sessão de recepcionar os estudantes da segunda turma, também do ensino médio, do Colégio Miguel de Cervantes, sempre muito bem recebidos, sejam muito bem acolhidos pelos Srs. e Sras. Senadores.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Também são? São três turmas? Estão juntos. Tudo de bom para vocês. Muito grato pela atenção e pela visita ao Senado Federal.

Convido, na ordem de inscritos, S. Exa. o Senador Zequinha Marinho.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente, enquanto o nosso querido irmão, Senador Zequinha Marinho, chega à tribuna – e ele já está chegando –, eu queria fazer um pedido pela ordem aqui para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Pois não, Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Eu estou muito impactado, Presidente, com a chegada nesta madrugada, nesta noite de domingo, do Presidente da Venezuela ao nosso território nacional. Digo isso porque é uma pessoa, um ditador, na minha opinião, claríssimo, que inclusive tem aí um pedido de extradição... Na verdade, ele está sendo procurado pelos Estados Unidos da América, com uma recompensa de US\$15 milhões, Senador Zequinha, segundo os americanos, por questão de tráfico de drogas.

Então, eu encaminhei a essa Mesa – eu sou apenas um dos 81 Senadores, mas encaminhei a essa Mesa – a inserção em ata do voto de repúdio ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em razão da visita do Sr. Nicolás Maduro, dessa relação amistosa, do convite que foi feito e da recepção em solo brasileiro, acredite se quiser, com honras de Chefe de Estado e com tudo que tem direito. Então, eu fiz a justificção... Meu discurso é sobre outro assunto, mas vou aproveitar e vou ler na tribuna – faço questão –, porque é algo para nós, cidadãos brasileiros... Nem na Argentina o Nicolás Maduro conseguiu entrar. Em vários outros países, ele é proibido de entrar; mas no Brasil foi estendido o tapete vermelho, literalmente, para esse ditador, que tem causado muito sofrimento ao seu povo. Quem é da região ali fronteira e nossos colegas Senadores sabem disso. A Operação Acolhida está aí para mostrar a tragédia de pessoas que perderam tudo naquele país e as perseguições. E a gente o recebe aqui com honras.

Não é à toa o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter também, Sr. Presidente, uma amizade com o Daniel Ortega, que está perseguindo cristãos – e o governo, caladinho da silva –, fechando emissora, perseguindo jornalistas, políticos opositores. E o Brasil, calado diante dessa situação. Uma omissão



covarde da nossa Presidência da República.

Eu queria manifestar esse voto de repúdio.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Registro feito, Senador Eduardo Girão.

Já em nossa tribuna, para uso da palavra durante 20 minutos regimentais, o Senador Zequinha.

Só peço rápidos segundos, Senador Zequinha, para saudar, entre nós, a presença do Sr. Kaká Andrade, que foi colega, suplente de Senador, o estimado companheiro, Senador sergipano Eduardo Amorim. Seja muito bem-vindo! Sinta-se abraçado e acolhido por todos.

Igualmente, quero saudar a presença dos jovens estudantes alunos da instituição QualificaDF. Nossos cumprimentos. Boa tarde a todos vocês, que vêm trazer a alegria, a simpatia e a presença do QualificaDF em nosso Plenário, à galeria do nosso Senado Federal.

Senador Zequinha, obrigado.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. Para discursar.) – Muito obrigado, Presidente. Eu gostaria, na tarde desta segunda-feira, um dia muito tranquilo, antes que se retirem, de fazer nossa saudação, dar boa tarde a todos os jovens e à pessoa que os acompanha e de trazer a esta Casa duas reflexões que eu considero interessantes. O Brasil precisa começar a pensar ou a repensar algumas posições tomadas por determinadas autoridades, Poderes constituídos, e assim sucessivamente. A primeira é exatamente sobre a presença do Presidente da Venezuela aqui, Senador Girão.

Hoje, dia 29, o Brasil deu mais um exemplo de retrocesso, de um ataque frontal à democracia. Nesta segunda, desembarcou aqui em Brasília o ditador venezuelano Nicolás Maduro. Foi recebido com tapete vermelho e honras de Chefe de Estado.

Ao flertar com o autoritarismo de um dos ditadores mais cruéis da história, o Brasil dá sinais negativos para a comunidade internacional.

A pedido do Conselho de Direitos Humanos da ONU, a equipe da Missão Internacional Independente de Determinação dos Fatos da ONU sobre a República Bolivariana da Venezuela, em setembro de 2020, constatou a ocorrência de gravíssimas violações dos direitos fundamentais do povo da Venezuela. O documento elaborado pela missão internacional, em suas mais de 400 páginas, Senador Jorge Seif, apresentou numerosas evidências de desaparecimentos forçados, sequestros, execuções extrajudiciais – a pessoa é executada sem absolutamente ser julgada por nada –, detenções arbitrárias, torturas e outros tratos cruéis, inumanos ou degradantes, numa clara confirmação das denúncias realizadas por anos pelas próprias vítimas, pelas organizações da sociedade civil e pelas forças democráticas da Venezuela. A avaliação da missão internacional é que os Governos de Chávez e Maduro trabalharam de forma progressiva no fechamento do espaço democrático no país, instrumentalizando o Poder Judiciário, obediente, para violentar os direitos civis e políticos do povo venezuelano. Não à toa a ONU classificou o Judiciário venezuelano como uma peça de repressão do Governo Maduro.

Em 2020, Maduro chegou a ter a sua cabeça posta a prêmio pelo Governo dos Estados Unidos. O Governo americano ofereceu, como já foi dito aqui, US\$15 milhões como recompensa por informações que levassem à prisão do Presidente da Venezuela. Logo no começo deste ano, o porta-voz do Departamento de Estado americano declarou que os Estados Unidos seguem considerando o regime de Nicolás Maduro, na Venezuela, como ilegítimo, e essa é a opinião de grande parte do mundo.

Lamentavelmente, o Brasil segue em direção oposta. É importante refletir sobre esse 29 de maio. O que nós estamos fazendo como país neste momento? O que nós queremos restabelecer? Uma relação que o Presidente Bolsonaro, o Governo anterior, cortou, porque considerava criminosa. Quantos milhares de



venezuelanos estão aqui, perambulando pelo Brasil, pedindo esmola nas esquinas, nos sinais de trânsito? É uma coisa constrangedora saber que aquele camarada morava no seu país, mas o seu Governo o levou àquela situação de miséria, de alguém que é como se não tivesse pátria, não tivesse casa para viver, morar ou emprego.

Um país que num passado não tão remoto era considerado o mais rico, Senador Jorge, aqui da América do Sul, com um potencial extraordinário! Regimes autoritários como o que ainda persiste lá, e na sua força total agora, levaram a Venezuela a ser o que ela é neste momento. Que tristeza! E Daniel Ortega não é diferente, faz parte desse ciclo de amizade, de relacionamentos. Olha o que está acontecendo lá! Olha o que está acontecendo na Venezuela! E todos os outros aí, ensaiando para se tornar da mesma forma, autoritários.

É preciso que este país repense e que a gente faça mais um pouco de política. Aí fora, quando alguém de presença não bem recebida chega ao aeroporto, quando vai andando, você vê os protestos, a imprensa batendo, e aqui não se tem notícia disso.

Passando à segunda reflexão, que me traz também um momento de muita preocupação: a questão da falta de segurança jurídica promovida pelo Supremo Tribunal Federal, pelo Judiciário brasileiro. É tanta coisa que deveria estar pacificada, estar tranquila e, de repente, o tribunal traz à pauta para rediscutir, pressionado por forças que a gente conhece muito bem, pega isso tudo e joga na conta do Congresso Nacional, dizendo que é porque o Congresso é omissor, porque o Congresso não muda a lei. Que negócio é esse? Se o Congresso achasse que deveria mudar a lei, com certeza, se não tivesse mudado ainda, estaria debatendo para mudar. Mas, se não mudou, que se respeite a lei posta até então, ela tem toda uma validade. E quem tem a função de guardar a lei, de guardar a Constituição, não deve rasgar a lei ou essa Constituição. Que coisa difícil!

Em direção oposta, como estava dizendo, à que o Brasil está, também há a discussão no STF sobre a flexibilização da Lei Antidrogas. O assunto estava na pauta na última semana. Felizmente, a pressão da sociedade fez com que o julgamento do Supremo fosse adiado. Fala-se de descriminalizar o porte de drogas para o uso pessoal. O caso levado ao Supremo pede a suspensão do art. 18 – tem lei, que é nova ainda; tem lei – da Lei Antidrogas, que proíbe armazenamento, plantio e transporte drogas para o uso pessoal.

Mas vamos lá. Aí, a imprensa entra; completamente alheia a tudo, mas dá opinião. O editorial do jornal *O Globo*, do último dia 27, sábado passado, diz que o Parlamento tem sido omissor – exatamente: o Parlamento tem sido omissor –, e é por isto que o Supremo está legislando: porque o Parlamento não legisla. Esperem aí, vamos aos fatos. Ora, como está omissor se partiu deste Congresso a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad) e estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito dessas drogas? A Lei Antidrogas foi derivada do PL 115 – Senador Girão –, de 2002, de autoria da Comissão Mista de Segurança Pública, destinada a levantar e diagnosticar causas e efeitos da violência. Ao lado, essa Comissão aprovou 21 projetos de lei e três propostas de emenda à Constituição. Passou tudo por esta Casa. Que omissão é essa? Não seria mais um caso de ativismo judicial, o que nós já estamos acostumados a ver? Afinal, quem legisla neste país? Quem são os representantes eleitos pelo povo para produzir leis que irão orientar a nossa sociedade? É o Legislativo ou é o Judiciário? Alegar omissão para atuar como legislador é um problema sério que agride e enfraquece a nossa democracia.

Lembro aqui o art. 2º da nossa Constituição: “São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”. Cada um deveria cuidar exatamente do seu papel e cumprir a sua função.

Aqui e acolá, se esta Casa, se o Senado Federal estabelecesse ao menos um grupo de Parlamentares para relacionar o que aconteceu nos últimos dez, quinze anos, quando o Supremo Tribunal Federal agrediu



e passou por cima da Constituição, a gente ia passar a tarde todinha delineando esses fatos, porque eu nunca vi algo semelhante – e já estou numa certa idade. A gente tem tido sempre problemas com um setor, com outro, mas tenta organizar, tenta normalizar. Mas não bastam tantas encrencas.

Lá no meu Estado, o grande problema hoje é relacionado ao meio ambiente, às ações do Ibama, às ações de comando e de controle, inúteis, como sempre. Vão lá, em um determinado momento, e acabam com tudo. No último sábado, Presidente, o Ibama queimou cinco aeronaves lá no meu Estado, táxis aéreos. Não eram aeronaves de garimpeiros, de madeireiros, eram táxis aéreos, que fazem o vai e vem, para lá e para cá.

Então, a gente tem problemas de um lado e de outro. E agora temos problemas com o Supremo Tribunal Federal. Quem diria! É uma instituição do nosso maior respeito, da nossa maior estima, da nossa maior consideração. De repente, a gente vê uma coisa e outra puxando para cá, puxando para lá.

Está aí para ser julgado, daqui a poucos dias, o marco temporal das terras indígenas. Vamos fazer uma comparação aqui, Presidente, ainda tenho uns minutinhos. São Paulo é um território de 248 mil quilômetros quadrados, 3% do território nacional, e tem 46 milhões de habitantes. Esses 3% do território nacional abrigam, para morar, produzir, trabalhar, 46 milhões de pessoas. Nós temos menos de 1 milhão de índios no Brasil e já temos, hoje, destinados a esse menos de 1 milhão 14% do território nacional. Se cair o marco temporal estabelecido naquele julgamento da Raposa Serra do Sol, lá em Roraima, saem de 14% para 30% do território nacional, para abrigar 1 milhão de índios numa nação de 220 milhões de pessoas.

Por que o Supremo quer mexer com isso? Está faltando terra? Pelo amor de Deus, não! Os ianomâmis têm mais terra do que qualquer outra etnia no Brasil, mas estão morrendo de fome, de tuberculose, de doenças. Então, o problema não é terra, pelo amor de Deus. O problema não é terra, é a falta de alguma política pública, um pouco mais de inteligência do Ministério Público, que não quer que o índio trabalhe, e o índio se tornou um consumidor contumaz. Os índios do meu Estado são consumidores. É por isto que eles garimpam, autorizam garimpo, vendem madeira: porque precisam de dinheiro. E nós queremos que o índio fique sentadinho quando ele não quer mais. Queremos que ele vá caçar, pescar. Ele não quer mais só viver disso, não dá. O índio hoje é uma pessoa que usa *notebook* de grife, que usa celular iPhone, que só quer caminhonete Hilux, coisas boas, e eles não estão errados, não. A gente tem que realmente lutar para ter coisas boas. Pensar que o índio não pode ter nada, não pode trabalhar, não pode produzir; a gente tem que mudar a concepção sobre a política pública que esse país tem com relação ao índio. Essa, sim, precisa ser mudada.

Agora, criar mais terras indígenas, e o Supremo nos traz isso. Aonde nós chegamos! Meu velho pai dizia um negócio muito interessante. Ele dizia: “Olha, a coisa mais complicada do mundo é um juiz sem juízo”, e olha que ele era um agricultor familiar. Dizia que um juiz sem juízo era a coisa mais complicada que ele achava lá no tempo em que ele vivia. E é verdade, ele tinha razão plena. Um juiz precisa ter juízo acima de tudo, mas estamos na corda bamba para julgar um negócio que já está julgado, quer dizer, traz-se de volta – politicamente falando.

Outro negócio, meu Senador Jorge: nós temos o maior investimento em logística previsto na Região Norte para aquilo que nós chamamos de Arco Norte, que é a construção da ferrovia Ferrogrão. O Congresso Nacional trabalhou, trabalhou, trabalhou, constituiu uma legislação, mas a origem foi porque, através da medida provisória... Mas eu estava como Vice-Governador do Pará, vim para cá porque estava como Deputado Federal de três mandatos acompanhando e lutando por isso, mas vim para cá para ajudar os colegas. Uma lei perfeita, que dava condições, mas alguém entrou com uma ação, por algumas vírgulas, coisas que não têm a menor importância, alegando uma questão ambiental inexistente também, e suspendeu-se, há dois anos, qualquer andamento sobre a concessão da Ferrogrão.



Enquanto isso, tem-se mais de mil caminhões na BR-163 para lá e para cá, gente morrendo, veículos quebrando, acidentes toda hora, e emitindo CO₂ dia e noite, quer dizer, se o juiz parasse para fazer uma reflexão sobre uma ferrovia com impacto ambiental praticamente zero, além desse formigueiro de caminhões do Mato Grosso para a Miritituba, em Itaituba, no Pará, eu tenho certeza de que se o juiz parasse para pensar, sequer tinha atendido uma ação que eu considero uma das mais enlouquecidas possíveis. Mas atendeu! Quer dizer, atendeu anulando uma lei que esta Casa votou, que o Presidente da República da época sancionou, e não houve nenhum questionamento sobre isso.

Então, a gente vive hoje perplexo com o nosso Judiciário; quando não é uma coisa, é outra, é outra. Como é que você vai fazer esse país...

(Soa a campanha.)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – ... ter investimentos?

Quem investe em algum lugar, quer no mínimo segurança jurídica, no mínimo segurança jurídica!

Então, daqui a uns dias, qualquer investidor que venha de fora procurar o Brasil certamente vai pensar não só duas vezes, vão ser umas 2 mil vezes se coloca algum real como forma de investimento aqui, Presidente, porque nós estamos vivendo um dos piores momentos da nossa história com relação a essa questão de segurança jurídica.

Não bastasse isso, a Lei Antidrogas está sendo questionada, e a gente pode ter a decepção e a vergonha de poder permitir, se o Supremo assim decidir, gente usando droga e conduzindo droga daqui para a frente sob a alegação de que aquilo é para seu consumo pessoal.

Muito obrigado.

Senador Jorge.

O Sr. Jorge Seif (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para apartear.) – Senador, se o senhor puder me dar um aparte, todos nós – faço das suas palavras as minhas palavras –, ao longo dos anos – eu tenho 45 anos de idade, Senador Zequinha...

(Soa a campanha.)

O Sr. Jorge Seif (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... nos últimos nós vimos uma luta da sociedade, uma luta deste Parlamento, uma luta dos profissionais de saúde justamente buscando libertar a população brasileira do tabagismo. Antigamente, eu me lembro – eu era garoto – de que a indústria do fumo, as indústrias que fabricam cigarros eram as maiores patrocinadoras da Fórmula 1, tinham propagandas nas TVs em horários nobres.

E isso, ao longo do tempo, foi sendo desconstruído porque a propaganda do cigarro, dizendo que quem fumava era “um sucesso”, que eram grandes esportistas, com imagens de esportes radicais, trazendo um charme falso e mentiroso e levando milhões de brasileiros a morrerem de câncer... E o detalhe, Senador...

(Soa a campanha.)

O Sr. Jorge Seif (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... se o senhor comparar os ingredientes dos cigarros convencionais e comparar os componentes não só da maconha, porque existem alguns votos de alguns ministros que querem ampliar essa liberação para outras drogas sobre as quais sequer existem estudos para saber do dano à saúde humana...

Então, nós estamos vivendo um antagonismo em que, ao longo dos últimos anos, nós temos conscientizado a população brasileira a abandonar o tabagismo – inclusive, com as fotos terríveis atrás das



carteiras de cigarro – e, ao mesmo tempo, qual é o sinal para a sociedade, qual é o sinal para a juventude, dizendo o seguinte: “Olha, a partir de agora já não é criminalizado. Não existem hoje presos por porte de droga para consumo, não existem. Isso já está pacificado na Justiça brasileira”.

Mas veja que antagonismo e que sinal para a sociedade nós estamos dando...

(Soa a campainha.)

O Sr. Jorge Seif (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... ao permitir a liberação, o consumo e o porte de qualquer tipo de droga no Brasil.

Eu lamento muito e faço voto, com o senhor, realmente, nessa reflexão profunda que nós precisamos fazer.

Muito obrigado.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Eu que agradeço.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Agradecemos, Senador Zequinha Marinho, pela sua participação.

O próximo inscrito é o Senador Jorge Seif.

Seja bem-vindo à tribuna, Senador. V. Exa. disporá dos 20 minutos regimentais.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discursar.) – Sr. Presidente, é um prazer revê-lo. Obrigado pela oportunidade.

Senador Girão, Senador Zequinha, hoje é um dia muito triste para o Brasil e, mais uma vez, Senador Girão, eu falo em sinalizações.

A chegada do Presidente da Venezuela Nicolás Maduro em solo brasileiro, recebendo todas as pompas de um Chefe de Estado como se ele honrado fosse, como se ele democrata fosse, como se ele respeitasse a sua população!

Um Presidente que dissolveu o Parlamento em seu país, Senador Girão. Um Presidente que persegue, mata e tortura opositores políticos. Um Presidente que deve ao nosso país cerca de US\$1,6 bilhões de empréstimos que, no passado, o Brasil remeteu àquele país, que não pagou nenhum centavo. Um Presidente que tem, acima de tudo, um mandado internacional, uma recompensa de US\$15 milhões por sua captura. Esse, sim, genocida. Esse, sim, ditador. Esse, sim, um inimigo da democracia.

Senador Zequinha, qual é o sinal que o Brasil, as instituições brasileiras estão dando para a sua população quando recebe um cidadão desse? Um genocida, narcotraficante, inimigo de seu povo, que passa por cima de manifestantes com tanques de guerra. Eu não estou inventando. Está o Google aí. Pesquisem no YouTube. Passa com tanques de guerra, com tanques do seu exército por cima de sua população.

Nós temos hoje mais de 7 milhões de venezuelanos que saíram de seu país.

E eu tive a oportunidade de conversar com vários deles ao longo da minha vida, a maioria deles com menos 10kg, menos 15kg por estarem passando restrições alimentares.

Qual é o sinal que o Brasil, que o Executivo federal está dando para a nossa população? Que nós permitimos, que nós aceitamos.

E, pasmem, nossas Forças Armadas, prestando continência para um ditador assassino como Nicolás Maduro! Isso me envergonha como Senador. Isso me envergonha como Parlamentar, como cidadão brasileiro.

Qual é a sinalização que nós queremos dar para o nosso povo? Que a Venezuela é logo ali? Que o Brasil vai seguir os passos desse ditador? Um caloteiro do Tesouro Nacional brasileiro, Senador Zequinha. Um assassino!

Não sobra um lá. Se levantar sua voz, o senhor é morto, o senhor é preso, o senhor é torturado, o



senhor é estuprado, o senhor é afogado. Vejam os relatos na internet; não são poucos.

E um cidadão desse, sendo recebido no Palácio presidencial da República Federativa do Brasil, o maior símbolo do maior Poder, do presidencialismo, da democracia. E ele, lá, sendo servido como um rei, servido com pompas, sendo honrado. Um homem que é desonrado, cujos pés no nosso solo nos envergonham e, cima de tudo, nos preocupam.

Então, quero aqui, Senador Girão, fazer coro com o senhor.

Já fiz o meu voto de repúdio ao Presidente da República pelo convite e o aceite desse cidadão, desse genocida, desse antidemocrata, desse perseguidor, desse narcotraficante, no solo sagrado da República Federativa do Brasil.

Nós não merecemos. Nós não queremos um cidadão como esse no nosso país, ainda se falando em moeda única, ainda se falando de amizade, de cooperação. Que cooperação de um homem que não tem amor por sua própria população, Senador Girão. Não tem amor. Não respeita a democracia. Parlamento dissolvido.

E, hoje, ruas de Brasília estão fechadas. Para chegar no Senado eu tive que dar uma volta violenta. Ou seja, além de vir ao Brasil, é recebido com toda segurança. Nossas Forças Armadas prestando continência para um assassino?

Então, Sr. Presidente, eu...

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Queria pedir um aparte, se o senhor me permite?

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu me envergonho, eu repudio, e quero dizer, enquanto catarinense, e tenho certeza que sou voz aqui de milhões de brasileiros, e da grande maioria dos brasileiros, que esse cidadão é *persona non grata* no território brasileiro. E não é isso que nós queremos do Presidente Lula. Nós não queremos essas amizades. Nós não queremos essas parcerias. Nós não queremos que assassinos, narcotraficantes, com mandado expedido, internacional, de recompensa por seus malfeitos na sua pátria, estejam sendo recebidos hoje dentro do Palácio presidencial da República Federativa do Brasil.

Eu lhe passo o aparte, Senador Girão.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para apartear.) – Muito obrigado, Senador Jorge Seif.

Eu queria apenas dizer que assino embaixo de tudo o que o senhor falou. É uma indignação de um cidadão. Esquece esse negócio de Senador. Isso aqui é passageiro. Nós estamos Senadores da República, é um cargo, e hoje em dia estamos muito afastados das nossas populações por demandas que não são atendidas aqui, na Casa revisora da República...

Mas o que eu queria dizer a V. Exa. é o seguinte: é uma vergonha o que está acontecendo hoje. É um dia triste. No dia do Memorial Day, lá nos Estados Unidos, onde a memória dos combatentes, onde há todo um simbolismo, o Brasil dá esse exemplo às avessas.

E olha, falta de aviso não foi. O TSE proibiu que se dissesse exatamente o que nós estamos dizendo aqui, o que nós estamos constatando aqui, proibiu de dizer, durante a campanha presidencial, da relação dele com o Maduro, da relação dele com o Ortega, ditadores sanguinários.

E isso é um acinte, é um escárnio com o cidadão brasileiro que recebe – a Operação Acolhida, que eu falei há pouco tempo, e eu trouxe alguns dados aqui – pessoas que foram humilhadas naquele país, perseguidas, por essa ditadura sanguinária, repito. E o Brasil de braços abertos, como tem que ser, recebendo. Tem venezuelano em todos os Estados brasileiros.

Eles sabem o que está acontecendo lá. Jornalistas sabem o que está acontecendo lá. Muitas matérias no lixo, mostrando o que está acontecendo em Caracas e em outras regiões.



E o Brasil estende o tapete, literalmente, vermelho, para esse Presidente ditador, que é procurado, tem um mandado de prisão nos Estados Unidos, por tráfico de drogas.

E aí, miséria e fome. O socialismo bolivariano mostra os seus efeitos na Venezuela. Três quartos da população vivem na miséria; um terço está passando fome. E o detalhe: dinheiro nosso foi para lá – dinheiro nosso foi para lá, como o senhor bem colocou.

Desde 2014, quase 7 milhões de Venezuelanos deixaram o país, fugiram do país. A Venezuela se tornou o primeiro país com o maior número de deslocados e refugiados do mundo, ultrapassando países em situação de guerra como a Síria e a Ucrânia. Perseguição a opositores políticos, o regime prende e tortura quem ousa se levantar contra esta situação. É o que o senhor falou.

E o Lula é o defensor da democracia e dos direitos humanos? É isso mesmo que a gente ouviu esse tempo todo, e flerta com ditadores? Porque isso é flerte com o Daniel Ortega – o que ele está fazendo lá com as emissoras de TV, com partidos, com pessoas que pensam diferente, religiosos. Entre 2016 e 2019, mais de 19 mil pessoas foram assassinadas pelo regime por resistência à autoridade desse cara que está aqui, hoje, no Brasil, de surpresa!

As eleições, na Venezuela, são um jogo de cartas marcadas. Em 2020, a Suprema Corte do país substituiu, arbitrariamente, as lideranças de dois partidos da oposição – a lista não termina!

As vozes dissidentes são silenciadas. Lá não tem liberdade de expressão, é o que querem fazer aqui no Brasil. Censura! Esse PL da censura, calar!

A repressão aos protestos é dura, e quem critica o Governo Maduro sofre retaliações. Brasil, é isso que acontece no nosso país vizinho, e o Presidente Lula estende o tapete vermelho e recebe, a todas as honras, esse ditador, conhecido do mundo todo. Está aqui! Esse era o Governo dos direitos humanos, da democracia?

O Poder Judiciário é um braço do regime de Maduro. As Cortes defendem o Governo e são usadas para reprimir e silenciar os opositores. O discurso do Zezinho há pouco...

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Zequinha.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Senador Zequinha

A insegurança jurídica que se vive no Brasil, de uma Corte que não deixou falar isso dos ditadores durante a última campanha. Foi calado. Até filme foi censurado previamente.

O colapso da economia levou a Venezuela a uma das maiores taxas de inflação do mundo e superou 300% no ano passado. É esse o norte do nosso Presidente?

E, por último, eu quero deixar muito claro aqui: falta de aviso não foi. O TSE mandou retirar do ar por *fake news* as falas que citavam laços políticos entre o Governo Lula e os Governos de Maduro e Ortega. Agora os vínculos políticos estão mais do que comprovados para você que duvidava. A verdade sempre vem, a verdade sempre triunfa.

E não é tarde demais, não. Tudo na hora de Deus. Isso é bom para a gente ter consciência do que é esse Governo, que recebe ditadores com todas as honras, neste país que é o coração do mundo, a pátria do evangelho. A gente está vivendo isso, mas o povo está observando e está vendo as incoerências permanentes desse Governo Lula, que veio para destruir esta nação, infelizmente.

Muito obrigado.

A Sra. Damares Alves (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Senador Seif, um aparte.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Por favor, Senadora Damares Alves.

A Sra. Damares Alves (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para apartear.) –



Senador Seif, eu não podia deixar de vir aqui me manifestar. As mulheres do Brasil inteiro, hoje, tinham que estar vestidas de preto, tinham que estar vestidas de luto. Sabem por quê? Relatórios apontam que as brutais torturas do Governo Maduro incluíam estupros.

Quando eu estive na ONU, em 2020 e 2021, eu liderei movimentos, dentro do plenário da Comissão de Direitos Humanos, e eu me levantei, quando uma representante dele ousou falar e países saíram do plenário junto comigo. Mas jamais eu imaginava que este ditador, contra quem os relatórios apontam o estupro de mulheres e de manifestantes, estaria no meu país, hoje, sendo recebido com honrarias! Jamais imaginaria, há dois anos, quando eu estava, na ONU, liderando um movimento contra esse ditador, que ele estaria, hoje, no meu país, com oficiais militares batendo continência para um ditador! Lamentavelmente, hoje é um dia de luto para as mulheres do meu país! Lamentavelmente, temos aqui um ditador! Os relatórios são terríveis contra ele.

Parabéns pelo seu pronunciamento, Senador!

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado.

Senadora Damares, acima de posições político-partidárias, as informações que constam em alguns dados que a senhora trouxe, que o Senador Girão trouxe, que o Senador Zequinha trouxe, que vocês trouxeram aqui, são de relatórios internacionais em que constam mais de 400 páginas de violações graves contra direitos humanos, contra a vida, contra a democracia, contra o Estado de direito, contra as liberdades.

Então, Sr. Presidente, com pesar, lamento muito que, hoje, o nosso país esteja recepcionando um ditador, um narcotraficante, um procurado internacional, um inimigo da democracia, como, hoje, Nicolás Maduro está sendo recebido, com todas as honras de Chefe de Estado, pelo Presidente da República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, Senador Jorge Seif.

Convidando, como último orador inscrito, S. Exa. o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente desta sessão, Senador Veneziano Vital do Rêgo, pela sua presença aqui, nesta tarde de segunda-feira, para abrir esta sessão.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, funcionários desta Casa, assessores, brasileiros e brasileiras que estão nos acompanhando pelo *pool* de comunicação extremamente competente e atencioso da Casa revisora da República, Sr. Presidente, ouvindo todos esses pronunciamentos, nesta tarde, essa indignação dos justos com relação à presença do Presidente, ditador da Venezuela, Nicolás Maduro, e todos os sinais que o Brasil tem dado, e não é de hoje, desde a campanha, a gente vinha alertando que este Governo flerta com a ditadura. É um Governo *fake* o que nós temos, hoje, no Brasil, porque a relação com Ortega, que persegue cristão, que persegue jornalista, que persegue quem pensa diferente, que fecha emissora, e este Governo se cala, não é firme, é o Governo da vingança, na verdade, o Governo, hoje, do Brasil contra os brasileiros.

Eu vou entrar agora no assunto de que quero falar, porque nada é por acaso. Nós temos a oportunidade – e as coisas só mudaram neste país quando aconteceu isto – de nos manifestarmos enquanto ainda somos livres, enquanto ainda temos uma pseudodemocracia neste país, porque há muito tempo, por abusos de alguns ministros dos nossos tribunais superiores, a insegurança jurídica que se tomou, a caçada implacável a apenas um lado, que são os conservadores desta nação, a censura, presos políticos que nós temos hoje, muitas e muitas barbaridades, a gente só tem uma forma de reagir, sempre de forma respeitosa, de forma ordeira, de forma pacífica, como sempre nós fomos às ruas. Você vê que as grandes manifestações populares no Brasil que nós tivemos foram sem quebrar absolutamente nada, sem jogar



papel no chão, com famílias inteiras juntas, e chegou a hora de, novamente, voltarmos às ruas.

Eu não tenho a menor dúvida de que o caminho sempre foi e sempre será o da união. Não é ninguém que está convocando; nós estamos sendo convocados pelo Brasil. As ruas não têm dono. Ninguém tem o monopólio de mobilizações que mudaram este país na história. A angústia está grande no coração dos justos. Nós vamos esperar acontecer o que mais? A espada está na cabeça. Repito: sempre de um lado.

Então, nós estamos vendo políticos cassados, com mandato popular, por alguém que não teve um voto sequer do povo. Nós estamos vendo essa inversão de valores, que é muito clara, que é seletiva, que é uma perseguição que nós estamos vivendo no Brasil, e não dá mais para aguentar. O bom do sentimento do medo, do receio, é aquilo que vem dentro da coragem de superar. O que está em jogo não é apenas a nossa geração, mas também a dos nossos filhos e netos. E o dia 4 de junho é apenas um embrião – agora, no próximo domingo –, um embrião que nós, como defensores da vida, da liberdade, da justiça, da Democracia, com “d” maiúsculo, não a de narrativa de democracia, que, em nome da democracia, implanta a censura, implanta a cassada de mandatos legítimos só de um lado...

Nós, como defensores desses valores e princípios, que foram conquistados com muito suor e até sangue pelos nossos antepassados, pelas gerações que nos trouxeram até esta Casa revisora da República com quase 200 anos – o ano que vem completa –, nós não temos outra escolha; não tem a hora certa. Nós precisamos... Esse embrião precisa se manifestar já nas ruas a partir do dia 4. E é com esse espírito, sem qualquer tipo de personalismo – não é hora para isso, tem uma coisa maior –, sem vaidade. A rua é de todos nós. De forma organizada, levando pautas, precisamos demonstrar essa insatisfação que nós estamos tendo no Brasil.

E hoje é um dia muito emblemático, que reforça ainda mais essa necessidade de nós – respeitosa, ordeira, pacificamente – ocuparmos as ruas. Essa vinda emergencial, assim, de surpresa, desse Presidente ditador Nicolás Maduro, que desembarcou ontem, após ser convidado pelo Governo brasileiro para a cúpula de Presidentes sul-americanos, que ocorre amanhã, é um vexame internacional, é um vexame! O mundo todo está rindo, e sem entender, porque o Brasil nunca flertou assim com os piores valores possíveis dentro de uma política.

A visita de Maduro, que não vinha ao Brasil desde a posse de Dilma Rousseff em 2015, representa uma nítida reaproximação entre o Brasil e a Venezuela. E esse Governo da Venezuela tem um histórico de restrições e punições que violam de uma forma flagrante os direitos humanos, como a tortura, violência sexual, espancamentos e assassinatos de dissidentes e outros civis, entre eles populações locais em área de mineração de ouro também. É um negócio inimaginável o que nós estamos vivenciando no Brasil neste dia de hoje.

E, olha, isso representa muito mais do que a gente possa imaginar, representa que não estão nem aí. Essas pompas para esse ditador, isso mostra que este Governo Federal não tem o menor respeito, apreço pela democracia. Caiu! Se tinha alguma máscara para cair, caiu hoje. Tudo o que este Governo falava, Senador Jorge Seif, durante a campanha – aborto, droga –, tudo se inverteu quando ele assumiu.

Ele chegou a fazer carta para os cristãos em defesa da vida em todas as suas fases, Senador Zequinha Marinho. Qual foi a primeira coisa que esse Governo fez? Retirou o Brasil do Consenso de Genebra, que é um acordo pró-vida com mais de 50 países. Esse Governo tira do Ministério da Saúde, Senador Jorge Seif, agora, logo que assumiu, revoga uma portaria que era para ir atrás de estuprador, ou seja, para a pessoa fazer o aborto, que é uma violência... Não é apenas um homicídio intrauterino, como diz o Dr. Ives Gandra Martins; mas a saúde da mulher fica com consequências, coitada, o resto da existência, de ordem emocional, psicológica, mental e física. Eu não estou nem falando da espiritual, estou indo pelo caminho da ciência. As universidades mostram isso, vários estudos mostram isso. O índice de suicídio aumenta, aumenta o envolvimento com álcool e drogas das mulheres que fizeram aborto em relação às que



não fizeram. São duas vidas. Esse Governo prometeu o inverso, prometeu que iria defender, e fez isso.

Na questão das drogas, o Senador Zequinha acabou de fazer um pronunciamento aqui sobre esse julgamento que começa amanhã no Supremo, um desrespeito flagrante a esta Casa de quase 200 anos, que votou duas vezes, não foi uma só não. Aqui nós votamos duas vezes: uma eu votei, Senador Zequinha; a outra foi o grupo de Parlamentares que estava aqui em 2006, aqui e na Câmara. Dois Presidentes da República sancionaram o que nós aprovamos aqui, esse art. 28 que o senhor falou – dois! Foi tudo rasgado agora pelo Supremo. Ele está fazendo um ativismo flagrante porque tem militantes lá dentro. Eu entrei com *impeachment* contra o Ministro Barroso, porque ele fez palestra em Nova York, em 2004, para a Open Society, do George Soros, defendendo a legalização da maconha. Como é que ele vai votar nisso? Ele devia ter se declarado no mínimo suspeito, porque ele é um ativista da causa. Está tudo errado neste país. Quem vai pagar por isso são as famílias.

Aí sabe o que esse Governo faz? Esse Governo, quando assume, acaba com a Senapred (Secretaria Nacional de Prevenção às Drogas). As comunidades terapêuticas estão desesperadas pelo país, porque atendem 80 mil dependentes químicos. Para onde vai essa turma com essa política do Governo de tolerância com droga, de redução de danos? Essa turma vai voltar para as ruas? É uma desumanidade daqueles que dizem defender, Senador Seif, a população vulnerável, defender os mais pobres.

Pobres como? Para pagar essa viagem agora a Madri, em um dia, foram R\$850 mil. O Governo brasileiro vai gastar, com a visita da comitiva do Lula e da Janja, R\$850 mil num dia em Madrid. E, na Suíça, a Ministra da Saúde esteve agora e gastou R\$0,5 milhão em um dia nessa visita da comitiva. É brincar demais com a cara de quem...

Mas ou a gente aprende pelo amor ou a gente aprende pela dor. É uma dor muito grande. É uma dor muito grande ver o que está se tornando esta nação, o sofrimento das pessoas, mas eu acho que vai nascer, eu tenho convicção de que vai nascer uma nação mais forte e mais consciente com esse aprendizado, com essa lição sofrida de votar em quem flerta com a ditadura, que promete uma coisa e faz outra completamente diferente.

É o Governo da vingança, relatado, com pessoas que fizeram trabalho como servidores públicos, como a Lava Jato, que mostrou para o Brasil que a justiça poderia ser para todos. E esses políticos poderosos foram muitas vezes... Como o atual Presidente da República, que foi condenado em três instâncias, por dezenas de juízes, por unanimidade, e está aí fazendo o que está fazendo com o Brasil. Passa mais tempo viajando, gastando dinheiro, dando vexame internacional – como o Zelensky, Presidente da Ucrânia, revelou –, dando um balão para não se reunir, marcando em horários em que não existe reunião de Presidentes só para não se reunir; e passeando, viajando.

E o projeto deles é poder pelo poder. Nação? Absolutamente.

Eu também espero, como o senhor, que o arcabouço fiscal passe aqui pelo menos por duas Comissões. Se esta Casa se der ao respeito pelo menos nessa questão, que passe pela CCJ e CAE, que têm tudo a ver com a análise de Senadores para que se vote essa matéria com consciência, porque a aritmética não fecha de maneira nenhuma. Ela não fecha com esse arcabouço fiscal, que é uma gastança sem qualquer responsabilidade. Não corta na carne nada. Vai ter que aumentar imposto. E quem vai pagar, como o senhor bem colocou, são esses jovens que estavam aqui, que representam aqui o futuro desta nação.

Então, Sr. Presidente, há que se refletir profundamente sobre essas violações que acontecem no país aqui vizinho. E hoje eu trouxe aqui o meu voto de repúdio, que já foi encaminhado para a Mesa da Presidência do Senado Federal. Já está no sistema. Agradeço ao Senador Jorge Seif por apoiar, por também fazer o seu voto de repúdio. E que o Senado Federal encaminhe esses nossos votos para a Presidência da República, porque tem gente aqui nesta terra – e eu ousa dizer que é a maioria do povo brasileiro, inclusive quem votou no Lula, inclusive quem votou no Presidente – que achou isto um absurdo:



um ditador, que está fazendo milhões de pessoas sofrerem pela sua sede de poder, estar aqui, no Brasil, recebendo todas as honras de um Chefe de Estado. Ele que é procurado por tráfico de drogas – US\$15 milhões é a recompensa que os Estados Unidos da América oferecem por esse ditador que destruiu esse país fantástico que é a Venezuela, que eu tive a oportunidade de conhecer antes do Nicolás Maduro.

Então, eu queria apenas dizer que o dia 4 é o embrião do Brasil, o embrião daqueles que acham que não está tudo bem, que não está normal. Se está achando que está normal, fique em casa; se está tudo bem com o país, fique em casa. Já ouviram falar nesse “fica em casa”? Mas eu acho que é um convite... Não é de nenhum movimento específico, tem dezenas de movimentos; mas é um sentimento de brasileiros que não estão satisfeitos com o que está acontecendo. Ou a gente faz isso ou a gente baixa a cabeça, que essa espada vai chegar e já está apontada.

Muito obrigado.

Um aparte para o Senador Jorge Seif, por favor.

O Sr. Jorge Seif (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para apartear.) – Em tempo, Senador Girão, Sr. Presidente, faço uma reflexão aqui e até uma orientação para as instituições do nosso Brasil.

(Soa a campanha.)

O Sr. Jorge Seif (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ao invés de as nossas Forças Armadas e de a nossa Polícia Federal estarem escoltando e protegendo o Presidente Nicolás Maduro e sua comitiva – ainda dá tempo, pois eles estão em solo brasileiro –, que eles sejam escoltados até a Embaixada americana, uma democracia verdadeira, para que ele seja preso, extraditado e julgado pela Justiça americana pelos seus crimes de narcotráfico e crimes contra a humanidade.

Alô, Forças Armadas brasileiras! Alô, Polícia Federal! Façam este favor à humanidade, aos venezuelanos, aos brasileiros e ao mundo: entreguem esse narcoditador, esse assassino às autoridades americanas para que livrem a Venezuela dessa praga.

E, hoje, Senador Girão, nós que cremos nas forças espirituais...

(Interrupção do som.)

O Sr. Jorge Seif (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... hoje o sangue que está sobre as mãos desse homem por seus atos covardes e criminosos passa também, essa maldição passa também ao nosso país ao receber esse homem em nosso solo sagrado, um homem maldito, amaldiçoado, um homem desonrado, um desrespeitador das leis, um ditador sanguinário.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, nos 30 segundos que faltam, eu trago uma frase de Chico Xavier, um grande humanista, pacifista, porque, com todas as minhas limitações, eu procuro sempre refletir no que ele coloca. Ele tem uma frase – e já concordando aqui com o Senador Jorge Seif sobre as Forças Armadas e sobre a Polícia Federal: ainda dá tempo, ainda dá tempo – que diz que, embora nós não possamos voltar atrás para...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... fazer um novo começo – olha só! –, embora não possamos voltar atrás para fazer um novo começo, todos nós podemos começar agora a fazer um novo fim.

Então, esse é um convite do Senador Jorge Seif – e eu assino embaixo – para as nossas autoridades, pessoas que têm conhecimento, que tiveram formação, valores, princípios de nação. As nossas mãos estão sendo sujas, hoje, de sangue por esse ato – e todos nós somos brasileiros – de um Presidente da República



que flerta, sim, com a ditadura. Que o desfecho possa ser outro.

Que Deus abençoe a nossa nação!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Fala da Presidência.) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.

A Presidência informa às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que está convocada sessão deliberativa para amanhã, terça-feira, às 14h, com pauta divulgada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Cumprida a finalidade desta sessão, a Presidência declara o seu encerramento, transmitindo a todos os nossos cumprimentos.

Bom descanso e bom início de semana a todos.

Até amanhã.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 31 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Abertura de prazo



PROJETO DE LEI Nº 5.486, DE 2020**(TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI Nº 788, DE 2023)**

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para instituir o uso do cordão de fita com desenhos de girassóis para a identificação de pessoas com deficiências ocultas.

Concluída a instrução das matérias, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

Prazo: de 31/5/2023 a 6/6/2023.



Encaminhamento de expedientes



O documento seguinte foi recebido pelo Senado Federal e, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria Geral da Mesa, encaminhado à Comissão competente, que o disponibilizará na respectiva página no Portal do Senado Federal:

Nº na origem	Ementa	Autoria	Comissão Destinatária
OF. 16531/2023	Informa, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 43/2001, a publicação no sítio do Tesouro Nacional dos demonstrativos das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda em abril de 2023, bem como das tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	Ministério da Fazenda	CAE



O documento seguinte foi recebido pelo Senado Federal e, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria Geral da Mesa, encaminhado à Comissão competente, que o disponibilizará na respectiva página no Portal do Senado Federal:

Nº na origem	Ementa	Autoria	Comissão Destinatária
OF. 16881/2023	Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 26, § 4º, da Resolução ANTT nº 5.976, de 7 de abril de 2022, o Relatório Anual de Ouvidoria referente ao ano de 2022.	AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES	CTFC



Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2826, DE 2023

Institui o Auxílio às Famílias que vivem no Isolamento Energético Brasileiro (AFIEB), destinado a atenuar os custos da energia, dos combustíveis e do gás de cozinha para as famílias de baixa renda que vivem em localidades que não estão conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

AUTORIA: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2826/2023 [1 de 6]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

SF/23934.68362-74

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

Institui o Auxílio às Famílias que vivem no Isolamento Energético Brasileiro (AFIEB), destinado a atenuar os custos da energia, dos combustíveis e do gás de cozinha para as famílias de baixa renda que vivem em localidades que não estão conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Auxílio às Famílias que vivem no Isolamento Energético Brasileiro (AFIEB).

Parágrafo único. O AFIEB destina-se a atenuar os custos da energia, dos combustíveis e do gás de cozinha para as famílias de baixa renda que vivem em localidades que não estão conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

Art. 2º Até que essas localidades tenham acesso à energia gerada no Sistema Interligado Nacional, o AFIEB será pago em parcelas mensais de meio salário-mínimo para famílias:

I – beneficiárias do Programa Bolsa Família do governo federal, instituído pela Medida Provisória no 1.164, de 2 de março de 2023; ou

II – que tenham entre seus membros, residentes no mesmo domicílio, quem receba o benefício de prestação continuada da assistência social, nos termos dos arts. 20 e 21 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.



Assinado eletronicamente por Sen. Mecias de Jesus
Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Ruy Carneiro – Gabinete 02

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4140472027>

Avulso do PL 2826/2023 [2 de 6]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

Art. 3º Os recursos para custeio do AFIEB poderão ser provenientes de:

I – participações governamentais relativas ao setor de petróleo e gás destinadas à União, resultantes do regime de concessão e da comercialização do excedente em óleo no regime de partilha de produção, ressalvadas vinculações estabelecidas na legislação;

II – dividendos da Petrobras pagos à União;

III – receitas públicas não recorrentes relativas ao setor de petróleo e gás, em razão da evolução das cotações internacionais do petróleo bruto, desde que haja previsão em lei específica;

IV – superávit financeiro de fontes de livre aplicação disponíveis no Balanço da União, em caráter extraordinário; e

V – abertura de crédito extraordinário, devidamente justificado, nos termos do § 3º do art. 167 da Constituição Federal.

Art. 4º O AFIEB será pago mensalmente pelo agente pagador, com a identificação do responsável mediante a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.

Art. 5º Os benefícios poderão ser pagos por meio das seguintes modalidades de contas, nos termos de resoluções do Banco Central do Brasil:

I - conta do tipo poupança social digital, nos termos da Lei nº 14.075, de 22 de outubro de 2020;

II - contas-correntes de depósito à vista;

III - contas especiais de depósito à vista;

IV - contas contábeis; e



Assinado eletronicamente por Sen. Mecias de Jesus
Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Ruy Carneiro – Gabinete 02

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4140472027>

Avulso do PL 2826/2023 [3 de 6]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

SF/23934.68362-74

V - outras espécies de contas que venham a ser criadas.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor 90 (noventa dias) dias após a sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Sabe-se que as populações que vivem em áreas remotas enfrentam uma série de desafios que as populações urbanas frequentemente nem imaginam. As opções de educação, de saúde, de consumo e de lazer costumam ser bastante limitadas e, muitas vezes, mais caras. Acrescente-se a isso que o gás de cozinha e os combustíveis são mais caros por causa da necessidade de trazê-los de longe por rodovias em péssimas condições de manutenção. O Auxílio Gás, criado pela Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021, trouxe algum alívio, mas é claramente insuficiente.

E, para dificultar ainda mais a vida dessas populações, elas pagam tarifas caras pela energia elétrica. Em razão da falta de integração ao Sistema Interligado Nacional, a energia elétrica é gerada preponderantemente a partir de termelétricas poluentes e caras. As distribuidoras de energia recebem um subsídio via Conta Consumo Combustível para que a tarifa não tenha de cobrir todo o custo, mas, ainda assim, a conta fica cara. Ora, a energia elétrica é um bem essencial à vida no século XXI e as altas tarifas oneram sobremaneira o orçamento dessas famílias.

É para amenizar essas dificuldades que propomos a instituição do Auxílio às Famílias que vivem no Isolamento Energético Brasileiro (AFIEB). Esse benefício busca cobrir parte dos altos custos da energia elétrica e dos combustíveis



Assinado eletronicamente por Sen. Mecias de Jesus
Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Ruy Carneiro – Gabinete 02

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4140472027>

Avulso do PL 2826/2023 [4 de 6]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

SF/23934.68362-74

em geral nas localidades que não estão conectadas ao Sistema Interligado Nacional.

Com vistas a assegurar o uso eficaz dos recursos públicos, o auxílio será concedido somente às famílias mais carentes, a saber, aquelas que são beneficiárias do Programa Bolsa Família do governo federal, ou recebam o benefício de prestação continuada da assistência social. E, com a conclusão do Linhão de Tucuruí, muitas dessas áreas serão integradas ao Sistema Interligado Nacional e o montante total do auxílio poderá ser reduzido.

Com este auxílio, esperamos amenizar as muitas dificuldades enfrentadas por esses brasileiros privados da energia mais barata disponível para o restante da população brasileira.

Por essa razão, conto com o apoio de meus pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador MECIAS DE JESUS



Praca dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Ruy Carneiro – Gabinete 02

Assinado eletronicamente por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4140472027>

Avulso do PL 2826/2023 [5 de 6]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social; LOAS - 8742/93

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1993;8742>

- art20

- art21

- Lei nº 14.075, de 22 de Outubro de 2020 - LEI-14075-2020-10-22 - 14075/20

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2020;14075>

- Lei nº 14.237, de 19 de Novembro de 2021 - LEI-14237-2021-11-19 - 14237/21

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2021;14237>

- Medida Provisória nº 1.164 de 02/03/2023 - MPV-1164-2023-03-02 - 1164/23

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:medida.provisoria:2023;1164>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2828, DE 2023

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para prever pena de confisco nos crimes praticados na direção de veículo automotor sob a influência de álcool ou qualquer outra substância psicoativa que determine dependência e que resultem em morte ou lesão corporal de natureza grave.

AUTORIA: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2828/2023 [1 de 5]





SENADO FEDERAL

SF/23928.36141-60

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para prever pena de confisco nos crimes praticados na direção de veículo automotor sob a influência de álcool ou qualquer outra substância psicoativa que determine dependência e que resultem em morte ou lesão corporal de natureza grave.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, – Código de Trânsito Brasileiro, para a vigor acrescida do seguinte art. 312-C:

“Art. 312-C. Na hipótese de crime praticado na direção de veículo automotor, sob a influência de álcool ou qualquer outra substância psicoativa que determine dependência, que resulte em morte ou lesão corporal de natureza grave, será determinada a apreensão do respectivo veículo automotor.

§ 1º Havendo condenação, o juiz determinará o confisco e a avaliação do veículo apreendido, que será realizada por oficial de justiça, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da decisão que decretar o confisco.

§ 2º A alienação do veículo será realizada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da entrega do laudo de avaliação.

§ 3º Feita a alienação, a autoridade de trânsito e as secretarias de fazenda devem proceder à regularização do veículo, no prazo de 30 (trinta) dias, ficando o arrematante isento do pagamento de multas, encargos e tributos anteriores, sem prejuízo de execução fiscal em relação ao antigo proprietário.



Assinado eletronicamente por Sen. Damascio Alves

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6506638476>

Avulso do PL 2828/2023 [2 de 5]





SENADO FEDERAL

SF/23928.36141-60

§ 4º O produto da alienação do veículo confiscado será revertido integralmente em favor da vítima ou de seus dependentes.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O confisco de bens utilizados para a prática de crimes ou adquiridos como instrumento ou proveito de crimes não é um instituto jurídico novo em nosso ordenamento. O Código Penal o prevê em dois dispositivos.

De um modo geral, a perda de bens em favor do Estado ou da vítima decorre de duas situações: a) quando se trata dos instrumentos do crime, isto é, dos objetos e bens materiais utilizados para a consecução da empreitada criminoso (ex: arma de fogo em um roubo, faca em um homicídio, carro em um atropelamento, etc.) ou b) do produto do crime ou de qualquer bem ou valor que constitua proveito auferido pelo agente com a prática do fato criminoso, isto é, o bem roubado, o veículo comprado com os valores subtraídos da vítima, a joia adquirida com o dinheiro da corrupção, etc.

Trata-se, é verdade, de exceção ao direito de propriedade. Contudo, sabemos que nenhum direito constitucional é absoluto – nem mesmo a vida é um direito absoluto, ante o art. 5º, XLVII, c/c art. 84, XIX, da Constituição. Ainda assim, a supressão do direito de propriedade deve estar respaldada pelo princípio da proporcionalidade e deve ponderar outros direitos de mesma envergadura.

Por tal razão, prevê a Carta Magna que é garantido o direito de propriedade, desde que atenda sua função social. Ademais, a Constituição prevê ser possível a desapropriação de uma propriedade por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição (art. 5º, XXIV). Uma das ressalvas previstas na Constituição para a



Assinado eletronicamente por Sen. Damascio Alves

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6506638476>

Avulso do PL 2828/2023 [3 de 5]





SENADO FEDERAL

SF/23928.36141-60

desapropriação está prevista no art. 243 que trata da expropriação de bens usados no tráfico de entorpecentes.

No tráfico, os instrumentos apreendidos em decorrência do crime serão sempre confiscados, não existindo exigência de que consistam em coisas cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constitua fato ilícito. Basta que sejam utilizados na consecução do delito para recair sobre eles a expropriação ampla do art. 243.

Ademais, o art. 243 da Constituição já foi alterado pela emenda constitucional nº 81, de 2014, para acrescentar hipótese de expropriação da propriedade que for utilizada para a exploração de trabalho escravo, na forma da lei. Referido dispositivo não foi declarado inconstitucional pelo Supremo.

Assim, a hipótese de confisco do veículo nos crimes praticados na direção de veículo automotor, sob a influência de álcool ou qualquer outra substância psicoativa que determine dependência e que resultem em morte ou lesão corporal de natureza grave, nos parece razoável. A conduta de perigo abstrato concernente à direção sob influência de álcool, nessas condições, possui a gravidade exigível a fim de que se relativize o direito de propriedade garantido constitucionalmente.

Estamos convencidos que a proposição aperfeiçoa a legislação penal, razão pela qual pedimos que os ilustres Parlamentares votem pela sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senadora DAMARES ALVES



Assinado eletronicamente por Sen. Damaree Alves

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6506638476>

Avulso do PL 2828/2023 [4 de 5]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art243

- Emenda Constitucional nº 81, de 2014 - EMC-81-2014-06-05 , PEC DO TRABALHO
ESCRAVO - 81/14

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2014;81>

- Lei nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro - 9503/97

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1997;9503>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2835, DE 2023

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para vedar a dedução de contribuições a projetos culturais que contenham conotação sexual, erótica ou discriminatória envolvendo ou direcionados a crianças e adolescentes do imposto de renda das pessoas físicas.

AUTORIA: Senador Magno Malta (PL/ES)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2835/2023 [1 de 4]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Magno Malta

SF/23387.39153-76

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para vedar a dedução de contribuições a projetos culturais que contenham conotação sexual, erótica ou discriminatória envolvendo ou direcionados a crianças e adolescentes do imposto de renda das pessoas físicas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigor acrescido do seguinte § 4º:

“**Art. 12.**

§ 4º Excetua-se da dedução de que trata o inciso II deste artigo projetos culturais que contenham no todo ou em parte qualquer conotação sexual, erótica ou discriminatória manifestada fisicamente, por palavras, gestos, imagens, sons ou outros meios, envolvendo ou direcionadas a crianças e adolescentes.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 18 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o conhecido Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelece que *é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.*

Praça dos Três Poderes, Senado Federal, Anexo II, Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. nº 6, Brasília, DF, CEP 70165-900



Assinado eletronicamente por Sen. Magno Malta

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9665783747>

Avulso do PL 2835/2023 [2 de 4]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Magno Malta

SF/23387.39153-76

À luz desse dispositivo, há que se reconhecer que o incentivo a projetos culturais que envolvam exposição vexatória ou constrangedora de crianças e adolescentes, ou que a elas se destinem, sob qualquer modalidade, é explicitamente contrária à lei e à proteção integral da criança e do adolescente.

Porém, o inciso II do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, permite que as contribuições efetivamente realizadas em favor de projetos culturais, aprovados na forma da regulamentação do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC, instituído pelo art. 1º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, sejam deduzidos do imposto de renda das pessoas físicas.

Assim, é oportuno alterar a legislação do imposto de renda das pessoas físicas, a fim de desestimular esse incentivo descabido, numa hipótese muito específica, para os projetos que contenham no todo ou em parte qualquer conotação sexual, erótica ou discriminatória manifestada fisicamente, por palavras, gestos, imagens, sons ou outros meios, envolvendo ou direcionadas a crianças e adolescentes.

A presente proposta está em harmonia com a política de proteção à criança e ao adolescente, para a qual contamos com o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador MAGNO MALTA
PL/ES

Praça dos Três Poderes, Senado Federal, Anexo II, Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. nº 6, Brasília, DF, CEP 70165-900



Assinado eletronicamente por Sen. Magno Malta

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9665783747>

Avulso do PL 2835/2023 [3 de 4]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); ECA - 8069/90
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990;8069>
 - art18
- Lei nº 8.313, de 23 de Dezembro de 1991 - Lei Rouanet; Lei Federal de Incentivo à Cultura - 8313/91
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1991;8313>
 - art1
- Lei nº 9.250, de 26 de Dezembro de 1995 - Legislação Tributária Federal - 9250/95
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1995;9250>
 - art12
 - art12_cpt_inc2



Projetos de Resolução





SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 62, DE 2023

Institui a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Pessoa Idosa.

AUTORIA: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do PRS 62/2023 [1 de 5]





SENADO FEDERAL

SF/23342.20711-29

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2023

Institui a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Pessoa Idosa.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É instituída a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Pessoa Idosa, com a finalidade de:

I – ouvir constantemente a sociedade e propor medidas e apresentar proposições legislativas com a finalidade de promover a vida das pessoas idosas, sempre considerando o progressivo aumento dessa população;

II – realizar eventos para debater formas de promoção da vida da pessoa idosa;

III – articular e integrar as iniciativas e atividades da Frente Parlamentar com as ações de governo, órgãos de classe e entidades da sociedade civil, para a consecução de seus objetivos.

Parágrafo único. A Frente Parlamentar Mista em Defesa da Pessoa Idosa reunir-se-á preferencialmente no ambiente do Senado Federal, podendo, por conveniência, valer-se de outro local em Brasília ou em outra unidade da Federação.

Art. 2º A Frente Parlamentar Mista em Defesa da Pessoa Idosa será integrada pelos Senadores e Deputados Federais que assinarem sua ata de instalação, bem como por outros membros do Congresso Nacional que a ela vierem posteriormente aderir, mediante a assinatura de instrumento próprio.



Assinado eletronicamente por Sen. Damascio Alves

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2828943546>

Avulso do PRS 62/2023 [2 de 5]



Art. 3º A Frente Parlamentar Mista em Defesa da Pessoa Idosa reger-se-á por seu regulamento interno ou, na falta desse, por decisão da maioria absoluta de seus integrantes, respeitadas as disposições legais e as normas do Regimento Interno do Senado Federal.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as pessoas idosas formam, hoje, cerca de 9% da população brasileira. São mais de trinta milhões de pessoas. E sua participação na população, sempre conforme o IBGE, irá aumentar, e não diminuir: serão 25% da população em 2060, cerca de noventa milhões de pessoas.

A Frente Parlamentar que ora propomos pretende, entre outras coisas, evidenciar à sociedade brasileira que ela está envelhecendo e que precisa agir conforme a isso. Costumamos nos orgulhar da juventude de nossa população, no que estamos certos, mas também é certo não se enganar tomando a parte pelo todo e não caracterizar toda a sociedade por um segmento dela, apenas.

Temos percebido que o Brasil não parece estar se preparando para o fato de que sua população idosa aumentará e que será, cada vez mais, um traço marcante da sociedade, quiçá o mais marcante. A iniciativa que ora apresentamos busca, antes de tudo, dar à sociedade consciência de seu envelhecimento e das inúmeras formas de fazer disso uma solução e não um problema.

Para isso, propomos que nós, representantes eleitos, ouçamos sempre a sociedade, debatamos com especialistas e nos articulemos com os braços institucionais, públicos ou privados, que tem encargos relativos às pessoas idosas. Representar a população é, antes de tudo, representar-lhes os sentimentos e os pensamentos. Vamos articular as pessoas idosas ao desenvolvimento da sociedade, e isso será feito em nome de valores cristãos e por ambição de um mundo melhor.



Assinado eletronicamente por Sen. Damascio Alves

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2828943546>

Avulso do PRS 62/2023 [3 de 5]



São essas as razões pelas quais peço aos nobres e às nobres Pares seu apoio a este projeto de resolução do Senado.

Sala das Sessões,

Senadora DAMARES ALVES



Assinado eletronicamente por Sen. Damaris Alves

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2828943546>

Avulso do PRS 62/2023 [4 de 5]



LEGISLAÇÃO CITADA

- <urn:lex:br:senado.federal:regimento.interno:1970;1970>
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:senado.federal:regimento.interno:1970;1970>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 63, DE 2023

Altera o Regimento Interno do Senado Federal e a Resolução do Senado Federal nº 3, de 2009, para criar a Comissão de Comunicação (CCom), a Comissão de Esporte (CEsp), e a Comissão de Defesa da Democracia (CDD) e redefinir as competências e a denominação da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

AUTORIA: Comissão Diretora do Senado Federal



[Página da matéria](#)

Avulso do PRS 63/2023 [1 de 10]



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , DE 2023
(DA COMISSÃO DIRETORA)

Altera o Regimento Interno do Senado Federal e a Resolução do Senado Federal nº 3, de 2009, para criar a Comissão de Comunicação (CCom), a Comissão de Esporte (CEsp), e a Comissão de Defesa da Democracia (CDD) e redefinir as competências e a denominação da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º Esta Resolução altera o Regimento Interno do Senado Federal para criar a Comissão de Comunicação (CCom), com competência para opinar sobre proposições pertinentes à comunicação, e a Comissão de Esporte (CEsp), com competência para opinar sobre proposições pertinentes a desportos, e para transformar a Comissão Senado do Futuro em Comissão de Defesa da Democracia (CDD).

Art. 2º O Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 72.

.....

IV – Comissão de Educação e Cultura (CE);

.....

XI – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT);

XII – Comissão de Defesa da Democracia (CDD);

.....

XIV – Comissão de Segurança Pública (CSP);

XV – Comissão de Comunicação (CCom);

Avulso do PRS 63/2023 [2 de 10]



XVI – Comissão de Esporte (CEsp).” (NR)

“Art. 77.

IV – Comissão de Educação e Cultura, 27;

XI – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, 17;

XII – Comissão de Defesa da Democracia, 11;

XIV – Comissão de Segurança Pública, 19;

XV – Comissão de Comunicação, 17;

XVI – Comissão de Esporte, 17.

.....” (NR)

“Art. 102. À Comissão de Educação e Cultura compete opinar sobre proposições que versem sobre:

I – normas gerais sobre educação, cultura e ensino, instituições educativas e culturais, diretrizes e bases da educação nacional e salário-educação;

.....” (NR)

“Art. 104-C. À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática compete opinar sobre proposições pertinentes aos seguintes temas:

II – política nacional de ciência, tecnologia, inovação e informática;

VII – (Revogado);

VIII – regulamentação, controle e questões éticas referentes a pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, inovação tecnológica e informática;

.....” (NR)

“Art. 104-D. À Comissão de Defesa da Democracia compete opinar sobre questões relativas a:



- I – defesa das instituições democráticas;
- II – liberdade de expressão e manifestação;
- III – liberdade de imprensa;
- IV – liberdade política;
- V – defesa do livre exercício do direito de voto;
- VI – defesa do livre exercício dos Poderes constitucionais;
- VII – defesa da ordem constitucional;
- VIII – garantia da ordem pública;
- IX – terrorismo;
- X – direito de reunião;
- XI – uso dos símbolos nacionais;
- XII – atividades de informação e contrainformação; e
- XIII – outros temas correlatos ao fortalecimento da democracia e do Estado de Direito.” (NR)

“Art. 104-G. À Comissão de Comunicação compete opinar sobre proposições pertinentes aos seguintes temas:

- I – inovação e desenvolvimento científico e tecnológico das comunicações;
- II – política nacional de comunicação;
- III – regime jurídico das comunicações;
- IV – liberdade de imprensa, meios de comunicação social e redes sociais;
- V – serviços postais e de comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, internet, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens;
- VI – regulamentação, controle e questões éticas referentes à comunicação;
- VII – outros assuntos correlatos.” (NR)

“Art. 104-H. À Comissão de Esporte compete opinar sobre proposições pertinentes aos seguintes temas:

- I – normas gerais sobre desportos;



II - sistema desportivo nacional e sua organização;

III - política e plano nacional de educação física e desportiva;

IV – políticas públicas de incentivo e desenvolvimento da prática desportiva;

V – justiça desportiva;

VI – outros assuntos correlatos.” (NR)

“Art. 107.

I –

.....

f) Comissão de Educação e Cultura: às terças-feiras, onze horas;

.....

k) Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática: às quartas-feiras, dezoito horas;

.....

n) Comissão de Defesa da Democracia: às quintas-feiras, às nove horas e trinta minutos;

o) Comissão de Comunicação: às quartas-feiras, nove horas;

p) Comissão de Esporte: às quartas-feiras, nove horas e trinta minutos;

.....” (NR)

Art. 3º O art. 1º da Resolução do Senado Federal nº 3, de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º A apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão ou autorização de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, em qualquer de suas modalidades, previstas no art. 104-G, V, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), obedecerá ao disposto nesta Resolução.” (NR)

Art. 4º Fica revogado o inciso VII do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal.

Art. 5º A partir de 1º de fevereiro de 2025, o art. 77 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com a seguinte redação:



“Art. 77.

.....

IV – Comissão de Educação e Cultura, 21;

.....” (NR)

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Regimento e a Constituição são as cartas máximas que regem os trabalhos deste Senado Federal. E, como tal, devem espelhar a necessidade do povo, estando sempre atentos às novas realidades que se desenvolvem no seio da sociedade brasileira.

Em sua essência, o Regimento Interno do Senado Federal se traduz na construção das melhores práticas e ferramentas que permitam a condução eficaz do processo legislativo, garantindo respostas aos anseios e problemas enfrentados em nossa Nação.

Assim como toda construção, o Regimento está sujeito à reforma – mormente quando suas disposições já não mais se revelam como a melhor opção ao desenvolvimento e análise das proposições submetidas ao crivo desta Casa.

Uma das colunas principais sedimentada no Regramento deste Senado Federal é sua organização em comissões permanentes, que buscam garantir a análise e a construção legislativa de forma temática, permitindo aos parlamentares maior solidez e profundidade ao se debruçar sobre os projetos sujeitos à tramitação no Parlamento.

Nesse sentido, considerando o atual quadro do Brasil, é imperativo revisitarmos as comissões permanentes do Senado Federal, motivo pelo qual buscamos, com a presente a proposição, criar duas novas e importantes comissões permanentes: a Comissão de Comunicação (CCom) e a Comissão



de Esporte (CEsp), bem como transformar a atual Comissão Senado do Futuro na Comissão de Defesa da Democracia.

Em primeiro lugar, é preciso ressaltar que, nas últimas décadas, a comunicação e o esporte atingiram distintos patamares no Brasil e no mundo.

O Brasil é, hoje, uma potência no esporte mundial, conquistando o pódio mais alto em diversas modalidades. Entre outras tantas, além do futebol – paixão nacional –, podemos destacar o vôlei, o atletismo, a natação e a ginástica. Conquistas eloquentes que elevam o orgulho nacional e inspiram jovens atletas em todo o país.

Além disso, o esporte é uma ferramenta ímpar de inclusão social e desenvolvimento humano. O esporte não só é método de combate à violência e à criminalidade – oferecendo alternativas saudáveis e construtivas para jovens em risco – como também promove valores essenciais à formação humana: o trabalho em equipe, a disciplina e o respeito. Sobretudo, o esporte é, pois, arma poderosa de mudanças positivas na sociedade brasileira.

Diante da criação de uma comissão especialista na temática do desporto, propomos também uma adaptação no número de membros da futura Comissão de Educação e Cultura, transformando de seus atuais 27 membros titulares para 21 a partir da terceira sessão legislativa da atual legislatura, ocasião em que serão novamente designados os membros que comporão as comissões permanentes da Casa, conforme preceitua o art. 79 do Regimento Interno do Senado Federal.

A comunicação, por sua vez, foi – e continua sendo – fator indispensável ao desenvolvimento do Brasil nas últimas décadas. A expansão da internet, a facilitação na aquisição de *smartphones*, a expansão da cobertura de redes móveis e a criação de novas tecnologias (como o 5G) tornaram o acesso à informação mais democrático e eficiente. Com o nascimento das redes sociais e das plataformas de *streaming*, a comunicação se tornou ainda mais presente na vida das pessoas, permitindo o compartilhamento de ideias e opiniões em tempo real e a possibilidade de acesso a uma variedade de conteúdos de entretenimento e informação.

A comunicação é hoje meio essencial para a promoção da transparência e da democracia no Brasil, se apresentando como forma de mobilização popular em prol de causas sociais e políticas, a exemplo de



movimentos pela igualdade de gênero, pela defesa dos direitos humanos e pela luta contra a corrupção.

Assim como as novas tecnologias na comunicação permitiram a divulgação de informações importantes para a sociedade e o monitoramento das instituições públicas e privadas, também se observou, por outro lado, a sua utilização enviesada e com propósitos impuros – como é o caso das *fake news*. Por conseguinte, a comunicação – construída nos pilares do direito fundamental da liberdade de expressão – é, mais que nunca, elemento de destaque no debate político e legislativo brasileiro. As discussões sobre o tema são complexas e enfrentam imensa divergência de opiniões, não havendo momento mais próprio para criação de comissão permanente com temática exclusiva.

Além da criação dessas duas importantes Comissões, a presente proposição visa estabelecer, no âmbito do Senado Federal, uma Comissão que terá uma importância ímpar no nosso sistema constitucional e democrático. Temos observado, nos últimos anos, diversas tentativas de minar o sistema democrático brasileiro, consubstanciadas em ataques constantes a veículos de imprensa, disseminação de notícias falsas, intimidações direcionadas a políticos e cidadãos que se manifestam contrariamente a ideias propaladas como “verdades”, ataques e ameaças contra membros dos Poderes constituídos, entre outros atos.

Como é sabido, no dia 8 de janeiro de 2023, ocorreu o mais grave ataque à democracia do nosso País na história recente: a invasão e depredação dos Palácios do Planalto, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal.

Diante dessa escalada dos ataques à nossa democracia, é preciso que este Senado Federal permaneça cada vez mais vigilante e reafirme, a cada dia, o seu papel fundamental na defesa do Estado Democrático de Direito.

Para conferir maior eficácia a esse mister, sugerimos a criação de uma Comissão Permanente de Defesa da Democracia, local especializado onde poderão ser centralizados os debates acerca desse importante tema. Ressaltamos que a criação desse colegiado não criará despesas para a Casa, haja vista que propomos a transformação da hoje existente Comissão Senado do Futuro no novo colegiado, com o ajuste de suas competências.

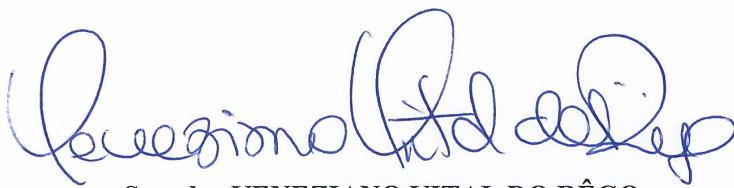


Em conclusão, rogamos apoio às Senhoras Senadoras e aos Senhores Senadores para a aprovação da presente proposição, que certamente será importante avanço nos trabalhos das comissões permanentes desta Casa da República, aprimorando a análise das matérias em tramitação neste Senado Federal.

Sala das Sessões, em de de 2023.



Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal



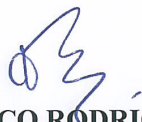
Senador VENEZIANO VITAL DO RÊGO
1º Vice-Presidente

Senador RODRIGO CUNHA
2º Vice-Presidente



Senador ROGERIO CARVALHO
1º Secretário

Senador WEVERTON
2º Secretário



Senador CHICO RODRIGUES
3º Secretário

Senador STYVENSON VALENTIM
4º Secretário



Senadora MARA GABRILLI
1ª Suplente de Secretário

Senadora IVETE DA SILVEIRA
2ª Suplente de Secretário

Avulso do PRS 63/2023 [10 de 10]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 64, DE 2023

Institui no Senado Federal a Comenda Ceci Cunha e dá outras providências.

AUTORIA: Senador Magno Malta (PL/ES)



[Página da matéria](#)

Avulso do PRS 64/2023 [1 de 6]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Magno Malta

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2023

Institui no Senado Federal a **Comenda Ceci Cunha** e dá outras providências.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É instituída a **Comenda Ceci Cunha** destinada a agraciar personalidades do sexo feminino que tenham se destacado no exercício da atividade legislativa ou executiva no âmbito federal, estadual, distrital ou municipal.

Art. 2º A Comenda será conferida a 5 (cinco) personalidades, anualmente, durante sessão do Senado Federal especialmente convocada para esse fim, a realizar-se no mês de agosto.

Art. 3º A indicação da candidata, acompanhada de justificativa e de seu curriculum vitae será realizada por qualquer Senador ou Senadora.

Art. 4º Para proceder à apreciação das indicações e à escolha das agraciadas será constituído o Conselho da Comenda Ceci Cunha, composto por um representante de cada um dos partidos políticos com assento no Senado Federal.

§ 1º A composição do Conselho a que se refere o *caput* será renovada a cada dois anos, entre os meses de fevereiro e de março da primeira e da terceira sessões legislativas ordinárias, permitida a recondução de seus membros.

§ 2º O Conselho definirá a cada ano as datas para recebimento das indicações e para premiação das agraciadas, observado o disposto no art. 2º desta Resolução.

Praça dos Três Poderes, Senado Federal, Anexo II, Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. nº 6, Brasília, DF, CEP 70165-900



Assinado eletronicamente por Sen. Magno Malta

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9236865197>

Avulso do PRS 64/2023 [2 de 6]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Magno Malta

SF/23139.44305-97

Art. 5º Uma vez escolhidas as agraciadas, seus nomes serão amplamente divulgados pelos meios de comunicação do Senado Federal e em sessão plenária.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Josefa Santos Cunha, mais conhecida como Ceci Cunha, nasceu no município de Feira Grande, no Agreste de Alagoas, em 15 de agosto de 1949, mas foi em Arapiraca que fixou residência e iniciou sua carreira como professora e médica, e fez história na política alagoana e nacional.

Filiada inicialmente ao Partido da Frente Liberal (PFL) e posteriormente ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Ceci Cunha foi vereadora de Arapiraca em dois mandatos consecutivos, entre 1988 e 1995, e deputada federal de 1995 a 1998.

Infelizmente, uma tragédia interrompeu sua brilhante carreira política. Ela foi morta em 16 de novembro de 1998, junto com seu marido, Juvenal Cunha da Silva, o cunhado, Iran Carlos Maranhão Pureza, e a mãe de Iran, Ítala Neyde Maranhão, a mando de seu suplente, Talvane Albuquerque Neto.

No momento do crime, as vítimas preparavam uma comemoração na casa de Iran, no bairro Gruta de Lourdes, em Maceió. Ceci seria diplomada pelo Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE-AL) naquele fatídico dia.

Após o crime, Talvane Albuquerque até chegou a tomar posse da Câmara Federal, no início de 1999, mas em abril daquele ano foi cassado por quebra de decoro parlamentar. O caso, por sua vez, foi julgado somente em janeiro de 2012, e o mandante do crime foi condenado a 103 anos e quatro meses de reclusão como autor intelectual do crime.

Praça dos Três Poderes, Senado Federal, Anexo II, Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. nº 6, Brasília, DF, CEP 70165-900



Assinado eletronicamente por Sen. Magno Malta

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9236865197>

Avulso do PRS 64/2023 [3 de 6]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Magno Malta

Feitas essas considerações iniciais, reporto-me agora à biografia da Dra. Ceci Cunha, professora, médica e política a quem pretendemos homenagear nesta casa por intermédio da criação da Comenda Ceci Cunha.

Em sua carreira como professora, nos anos de 1970 a 1978, Ceci Cunha lecionou no Grupo Escolar Alberto Torres, Colégio Élio Lemos, Colégio Sagrada Família e Colégio Batista Alagoano, todos em Maceió, e, ainda, no Colégio Rui Palmeira, em Arapiraca/AL (1978).

No período de 1973 a 1975, iniciou sua carreira na área médica, como estagiária na Maternidade do Hospital Ortopédico de Maceió/AL, tendo atuado, também, no Ambulatório Médico-Hospitalar em São Luís do Quitunde/AL, na Maternidade Sampaio Marques, na Santa Casa de Misericórdia e no Centro de Ciências e Saúde de Maceió/AL.

Graduada em Medicina pela Universidade Federal de Alagoas (1975), a Dra. Ceci Cunha fez Residência Médica no Hospital Souza Aguiar, no Rio de Janeiro/RJ, nos anos de 1976 e 1977, e pós-graduação em Saúde Pública, pela Pontifícia Universidade Católica de Alagoas, em 1992, dentre inúmeros outros cursos das áreas de ética médica, hematologia, biologia celular, medicina de urgência, ginecologia infanto-juvenil, obstetrícia, esterilidade conjugal, cirurgia da tireóide e técnica cirúrgica.

Foi Médica-Chefe do Departamento de Ginecologia e Obstetrícia da Policlínica da Caixa de Previdência, Cissex, em Niterói/RJ, nos anos de 1976 e 1977, tendo atuado também na Casa de Saúde Nossa Senhora de Fátima (1978), Fundação de Saúde e Serviço Social de Alagoas (Fusal) em Arapiraca (1981), Hospital Regional de Arapiraca/AL (1984-1985), onde atuou também como Diretora, médica da Sociedade Beneficente Nosso Senhor do Bom Conselho (1990) e no Hospital Manuel André (1993). Foi Vice-Presidente da Unimed de Arapiraca/AL, nos anos de 1990-1994.

Ceci Cunha também teve atuação em entidades associativas, foi Chefe dos Acadêmicos de Medicina e Clínica Cirúrgica de Maceió (1972-1974), titular da Comissão de Representação de Vereadores de Arapiraca/AL, Sócia-Fundadora da Unimed (1990-1994), Vice-Presidente do Fundo Municipal de Desenvolvimento Desportivo - Fundesp (1994-

Praça dos Três Poderes, Senado Federal, Anexo II, Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. nº 6, Brasília, DF, CEP 70165-900



Assinado eletronicamente por Sen. Magno Malta

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9236865197>

Avulso do PRS 64/2023 [4 de 6]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Magno Malta

1995) e Sócia da Associação Brasileira de Climatério - Sobrac, São Paulo/SP (1992).

Em sua carreira política, Ceci Cunha foi Vereadora em dois mandatos consecutivos, primeiro pelo PFL (1989-1992) e em seguida pelo PSDB (1992-1995). Foi Vice-Presidente do Diretório Estadual do PSDB, AL (1990-1992); Vice-Presidente do Diretório Municipal do PSDB, Arapiraca/AL (1992) e Vice-Líder do PSDB (1996-1997).

Na Câmara dos Deputados, foi titular da Comissão de Seguridade Social e Família (1995-1998), da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (1997-1998), e da Comissão Especial – Implementação das Decisões da IV Conferência Mundial da Mulher (1997), entre outras comissões temporárias relacionadas a seguridade social e saúde.

O município de Arapiraca/AL, cidade onde a Dra. Ceci Cunha teve uma forte ligação, prestou diversas homenagens a ela, dando o seu nome a avenida, loteamentos, praça, rua e prédios públicos. Entre as homenagens está a construção do Memorial Ceci Cunha, localizado no bairro Alto do Cruzeiro, espaço que tem um rico acervo sobre sua vida pessoal e política.

Como profunda conhecedora das necessidades da população quanto aos serviços de saúde, Ceci Cunha tinha uma visão muito clara do quanto poderia servir ao país e aos mais necessitados, além de sua atuação como médica. Ela costumava dizer:

"Como médica, poderia ajudar muita gente. Como política, sei que ajudarei muito mais".

O trabalho social desenvolvido por ela na Câmara Municipal de Arapiraca, voltado especialmente para a saúde e para a zona rural, somado ao desejo de ajudar muito mais pessoas, conduziu a então vereadora naturalmente a disputar e a vencer as eleições para deputada federal. Eleita para um segundo mandato, foi impedida de exercê-lo pela tragédia da qual foi vítima, que ficou conhecida como *Chacina da Gruta*.

Costuma-se dizer que, se ela estivesse viva, hoje ela estaria com 74 anos de idade, com certeza já teria ocupado outros cargos de maior

Praça dos Três Poderes, Senado Federal, Anexo II, Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. nº 6, Brasília, DF, CEP 70165-900



Assinado eletronicamente por Sen. Magno Malta

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9236865197>

Avulso do PRS 64/2023 [5 de 6]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Magno Malta

projeção, inclusive nesta Casa como Senadora da República, e aqui teria deixado a marca de sua atuação política exemplar.

Registro, finalmente, mas não menos importante, que a Dra. Ceci Cunha é mãe do nobre Senador Rodrigo Cunha, que em sua primeira disputa a uma vaga na Assembleia Legislativa de Alagoas teve a maior votação do estado, vencendo muitos caciques da política alagoana.

Ao Senador Rodrigo Cunha eu registro o meu respeito e elevada estima e consideração, especialmente por ter superado o trauma deixado pela tragédia que ceifou, num só dia, a vida dos seus pais e mais dois parentes, e ter dado continuidade à missão e ao exemplo de sua mãe, seu referencial de vida e de atuação na vida pública.

São essas as razões que me impulsionam, desta feita, a apresentar o presente Projeto de Resolução para criação da Comenda Ceci Cunha, destinada a agraciar personalidades que tenham prestado relevantes e reconhecidos serviços à sociedade, ou que tenham se destacado no exercício da atividade legislativa ou executiva em prol da sociedade, como fez a Dra. Ceci Cunha, em quem temos um exemplo digno de reconhecimento e homenagem.

O mês de agosto foi escolhido como o mês em que a homenagem deverá ocorrer em referência ao mês de nascimento da Dra. Ceci Cunha, que no próximo dia 15 de agosto estaria completando 75 anos de idade.

Entendemos que essa proposta, por sua razoabilidade e ponderação, merece o respaldo dos eminentes colegas Membros do Senado Federal.

Sala das Sessões,

Senador MAGNO MALTA
PL/ES

Praça dos Três Poderes, Senado Federal, Anexo II, Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. nº 6, Brasília, DF, CEP 70165-900



Assinado eletronicamente por Sen. Magno Malta

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9236865197>

Avulso do PRS 64/2023 [6 de 6]



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 517, DE 2023

Requer a tramitação conjunta do PL 588/2023 com o PL 589/2023.

AUTORIA: Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 517/2023 [1 de 2]





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do PL 588/2023 com o PL 589/2023, por tratarem da mesma matéria.

JUSTIFICAÇÃO

Requeremos a tramitação conjunta das proposições, uma vez que ambas suscitam a regulação da mesma matéria.

Sala das Sessões, 24 de maio de 2023.

Senador Jorge Seif
(PL - SC)

Senador Izalci Lucas
(PSDB - DF)

Nome do Senador	Assinatura



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Seif e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7651885347>

Avulso do RQS 517/2023 [2 de 2]





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 518, DE 2023

Requer voto de repúdio ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela sua relação com o Ditador Nicolás Maduro

AUTORIA: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 518/2023 [1 de 4]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de repúdio ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, em razão de sua relação amistosa com o reconhecido ditador Nicolás Maduro e a recepção em solo brasileiro com honras de Chefe de Estado.

Requeiro ainda que este voto seja encaminhado à Presidência da República

JUSTIFICAÇÃO

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, desembarcou em Brasília na noite do último domingo (28/05) após ser convidado pelo governo brasileiro para a cúpula de presidentes sul-americanos que ocorre nesta terça-feira. A visita de Maduro, que não vinha ao Brasil desde a posse de Dilma Rousseff em 2015 representa uma nítida reaproximação entre o Brasil e a Venezuela.

É consabido que, o governo da Venezuela tem um histórico de restrições e punições que violam, de forma flagrante os direitos humanos, como tortura, violência sexual, espancamentos e assassinatos de dissidentes e outros civis, entre eles populações locais em áreas de mineração de ouro.



Assinado eletronicamente por Sen. Eduardo Girão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1565038263>

Avulso do RQS 518/2023 [2 de 4]



Tais violações têm sido criticadas tanto pelos próprios venezuelanos, quanto por ativistas internacionais de direitos humanos, ONG's e principalmente pela Organização das Nações Unidas que, através da Missão Internacional Independente de investigação de fatos sobre a República Bolivariana da Venezuela, apontou que o presidente Nicolas Maduro "orquestrou" o plano para suprimir a oposição ao seu governo.

No total, a missão internacional registrou 122 casos de vítimas que foram submetidas a tortura, violência sexual ou outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, perpetrados por agentes do estado. A tortura foi praticada na sede dos órgãos em Caracas e em uma rede de centros de detenção secretos em todo o país.

Já a inteligência venezuelana tem torturado ou maltratado detentos - incluindo políticos da oposição, jornalistas, manifestantes e defensores dos direitos humanos.

Mesmo ao estar ciente de todas essas violações e ainda assim convidar o presidente venezuelano, bem como recebe-lo com as pompas de Chefe de Estado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fecha os olhos para tamanhos excessos e mostra flertar com regimes autoritários.

Ora, essa relação íntima de Lula com líderes despóticos e violentos não se resume à Nicolas Maduro. Quem não se lembra da ligação afetiva e ideológica do PT com os irmãos Castro de Cuba? E dos estreitos vínculos do PT com Hugo Chávez e o Presidente da Nicarágua Daniel Ortega para não falar do encontro caloroso entre Lula e o ex-ditador sanguinário líbio Muammar Kadafi.

Por conta de todo exposto, apresento o presente voto de repúdio à vinda do Presidente da Venezuela Nicolas Maduro ao Brasil.

Atenciosamente,



Assinado eletronicamente por Sen. Eduardo Girão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1565038263>

Avulso do RQS 518/2023 [3 de 4]



Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de repúdio ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, em razão de sua relação amistosa com o reconhecido ditador Nicolás Maduro e a recepção em solo brasileiro com honras de Chefe de Estado.

Sala das Sessões, de de .

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)

SF/23126.31856-61 (LexEdit)



Assinado eletronicamente por Sen. Eduardo Girão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1565038263>

Avulso do RQS 518/2023 [4 de 4]





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 519, DE 2023

Requer, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento da Juíza Gladys Henriques Pinheiro, titular da 1ª Vara da Infância e Juventude do município da Serra/ES, ocorrido no último dia 13, bem como a apresentação de condolências a sua família, seu filho Eduardo Dalla Bernardina, Procurador no município de Cariacica/ES, sua nora Rubia Dalla Bernardina e sua neta Maria Eduarda dos Anjos Dalla Bernardina, de 4 anos .

AUTORIA: Senador Magno Malta (PL/ES)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 519/2023 [1 de 4]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Magno Malta

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento da Juíza Gladys Henriques Pinheiro, titular da 1ª Vara da Infância e Juventude do município da Serra/ES, ocorrido no último dia 13, bem como a apresentação de condolências a sua família, seu filho Eduardo Dalla Bernardina, Procurador no município de Cariacica/ES, sua nora Rubia Dalla Bernardina e sua neta Maria Eduarda dos Anjos Dalla Bernardina, de 4 anos .

JUSTIFICAÇÃO

É com pesar que recebemos a notícia, no último dia 13, do falecimento da Juíza Gladys Henriques Pinheiro, titular da 1ª Vara da Infância e Juventude do município da Serra, no estado do Espírito Santo.

Dra. Gladys era a magistrada mais antiga a atuar na Vara da Infância e Juventude, sendo titular na referida vara por 22 anos. Antes disso, foi juíza em várias comarcas do Estado, dentre elas Linhares, Jaguaré, Aracruz, Mimoso do Sul, Vitória e Serra. Em Vitória, foi uma das primeiras Juízas do Juizado Especial Criminal, criado pela lei 9099/95 e da Justiça Volante; época em que o juiz ainda ficava dentro das Kombis atendendo os acidentes de carro nas ruas de Vitória.

Foi reconhecida nacionalmente por duas vezes, por meio do Prêmio Inovare:



Assinado eletronicamente por Sen. Magno Malta

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6632165475>

Avulso do RQS 519/2023 [2 de 4]



- Em 2005, O SIAC foi inscrito no Innovare pela juíza Gladys Henriques Pinheiro. O sistema nasceu da necessidade de desenvolver uma base informatizada contendo dados com o mapeamento de controle dos menores em situação de abrigo. Entre as metas, identificar o número exato e a situação em que se encontravam todas as crianças e adolescentes institucionalizados (ampliando as chances de adoção por família substituta); e prevenção de crimes com o mapeamento de áreas "críticas". Na época, a iniciativa contou com o trabalho voluntário de servidores com habilidade para criação do sistema informatizado. A ideia originada em 2000, foi homenageada pelo Prêmio Innovare em 2005 e substituída pelo Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), criado em 2019 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

- Em 2012, recebeu menção honrosa do Prêmio Innovare com o projeto "Adoção Tardia. Uma história possível".

Em 2017, Gladys Pinheiro foi pioneira, umas das primeira do Brasil no projeto "Depoimento Sem Dano". Ele versa sobre crianças ou adolescentes vítimas ou testemunhas de violência que narram o que presenciaram com proteção integral do Estatuto da Criança e do Adolescente, em ambiente especial e longe do acusado, por meio de gravação em sistema de vídeo conferência na audiência. Hoje o Projeto Depoimento sem Dano, atualmente denominado de escuta especial, é regulamentado e exigido em todo o Brasil por meio de resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

Ainda em 2017, por meio do ATO Nº 316/2018, recebeu da Presidência do Tribunal de Justiça do Espírito Santo a premiação anual de reconhecimento de produtividade e de boa gestão judicial intitulada "Mérito Jurisdicional Desembargador William Couto Gonçalves".

Por exercer importante papel na efetivação de políticas públicas em prol das crianças e adolescentes, em 2018 após meu convite, foi designada pelo



Assinado eletronicamente por Sen. Manoel Malta

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6632165475>

Avulso do RQS 519/2023 [3 de 4]



Tribunal de Justiça do Espírito Santo para acompanhar os trabalhos das audiências públicas da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Maus-tratos de Crianças e Adolescentes, realizada pelo Senado Federal na sede do Ministério Público do Espírito Santo, em Vitória/ES - desempenhando com dedicação, competência e comprometimento importante contribuição com a justiça e proteção das nossas crianças e adolescentes.

Ressalta-se que ela perdeu o pai com 17 anos e desde então trabalhou para sustentar a sua família, composta pela sua mãe, do lar, e dois irmãos menores. Exerceu cargos na polícia civil, tribunal de justiça, tendo sido escrevente concursada por muitos anos, até conseguir êxito no concurso de Juiz de Direito, para o qual muito estudo e se dedicou, abdicando do tempo à família. Perdeu o pai precocemente, mas deu um pai e uma mãe para muitas crianças em todo o Estado. Além disso, colaborou na organização de Projetos Sociais que começaram atendendo a 40 crianças e hoje atendem a mais de 700.

Trata-se de uma grande perda para mim, para o estado do Espírito Santo, para seus familiares e amigos, a quem registro os meus sinceros sentimentos.

Que Deus possa confortar todos os corações.

Sala das Sessões, 17 de maio de 2023.

Senador Magno Malta
(PL - ES)



Assinado eletronicamente por Sen. Magno Malta

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6632165475>

Avulso do RQS 519/2023 [4 de 4]





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 520, DE 2023

Requer voto de repúdio com relação a visita do Presidente Nicolás Maduro.

AUTORIA: Senador Jorge Seif (PL/SC)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 520/2023 [1 de 3]





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de repúdio ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, em razão de sua relação amistosa com o reconhecido ditador Nicolás Maduro e a recepção em solo brasileiro com honras de Chefe de Estado.

Requeiro que este voto seja encaminhado à Presidência da República

JUSTIFICAÇÃO

O atual presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, desembarcou em Brasília no último domingo (28/05) após ser convidado pelo governo brasileiro para evento que reúne a cúpula de presidentes sul-americanos que ocorre nesta terça-feira. A visita de Maduro, que não vinha ao Brasil desde 2015, representa uma nítida reaproximação entre o Brasil e a Venezuela.

É de conhecimento de todos que o governo da Venezuela tem um histórico de restrições e punições que violam, de forma flagrante, os direitos humanos, como tortura, violência sexual, espancamentos e assassinatos de dissidentes e outros civis, além de populações locais em áreas de mineração de ouro.

O governo de Maduro tem sido marcado por controvérsias e crises políticas e econômicas. O ditador foi acusado de autoritarismo e de minar a democracia na Venezuela. Maduro implementou políticas econômicas



Assinado eletronicamente por Sen. Inna Saif

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8229957691>

Avulso do RQS 520/2023 [2 de 3]



intervencionistas, que contribuíram para a hiperinflação, escassez de alimentos e medicamentos, e uma crise humanitária no país. A economia venezuelana entrou em colapso, resultando em um aumento significativo da pobreza e emigração em massa.

Maduro também enfrentou protestos em massa e crescente pressão internacional. Em 2019, o líder da oposição, Juan Guaidó, se autodeclarou presidente interino da Venezuela e foi reconhecido como tal por vários países, incluindo os Estados Unidos. No entanto, Maduro manteve o controle do governo, com o apoio das forças armadas e de aliados internacionais, como Rússia e China.

As eleições presidenciais realizadas em maio de 2018, nas quais Maduro buscava a reeleição, foram contestadas por muitos países e organizações internacionais, que alegaram irregularidades no processo eleitoral. A Assembleia Nacional da Venezuela, liderada pela oposição, não reconheceu a legitimidade do mandato de Maduro e considerou Guaidó como presidente interino.

Ainda com todos esses problemas e violações, o atual presidente do Brasil resolve convidar o presidente venezuelano, bem como recebê-lo com todas as pompas de Chefe de Estado, mostrando assim que não se sensibiliza com a situação vivida pelo povo venezuelano, bem como parece fechar os olhos para tais excessos, além de mostrar simpatia por regimes autoritários.

Pelo mencionado, apresento este voto de repúdio à vinda do Presidente da Venezuela, Nicolas Maduro, ao Brasil.

Sala das Sessões, 29 de maio de 2023.

Senador Jorge Seif
(PL - SC)



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Seif

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8229957691>

Avulso do RQS 520/2023 [3 de 3]



Término de Prazos



Encerrou-se em 26 de maio o prazo para interposição de recurso para apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei nº 3.024, de 2022.

Não foi apresentado recurso.

Tendo sido aprovada terminativamente pela CAS, a matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.



Encerrou-se em 26 de maio o prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Lei nºs 3.765, de 2020, e 3.930, de 2021.

Não foram apresentadas emendas.

O Projeto de Lei nº 3.765, de 2020, foi agendado para a pauta da Sessão Deliberativa Extraordinária de quinta-feira, dia 1º de junho.

O Projeto de Lei nº 3.930, de 2021, aguardará inclusão em Ordem do Dia oportunamente.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Angelo Coronel*
PT - Jaques Wagner*
PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

PL - Carlos Portinho* (S)
PL - Flávio Bolsonaro*
PL - Romário**

Maranhão

PSD - Eliziane Gama*
PDT - Weverton*
PSB - Ana Paula Lobato** (S)

Pará

MDB - Jader Barbalho*
PL - Zequinha Marinho*
PT - Beto Faro**

Pernambuco

MDB - Fernando Dueire* (S)
PT - Humberto Costa*
PT - Teresa Leitão**

São Paulo

MDB - Giordano* (S)
PSD - Mara Gabrilli*
PL - Astronauta Marcos Pontes**

Minas Gerais

PODEMOS - Carlos Viana*
PSD - Rodrigo Pacheco*
REPUBLICANOS - Cleitinho**

Goiás

PSB - Jorge Kajuru*
PSD - Vanderlan Cardoso*
PL - Wilder Morais**

Mato Grosso

UNIÃO - Jayme Campos*
PSD - Margareth Buzetti* (S)
PL - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

PP - Luis Carlos Heinze*
PT - Paulo Paim*
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão**

Ceará

PDT - Cid Gomes*
NOVO - Eduardo Girão*
PT - Augusta Brito** (S)

Paraíba

PSD - Daniella Ribeiro*
MDB - Veneziano Vital do Rêgo*
UNIÃO - Efraim Filho**

Espírito Santo

PT - Fabiano Contarato*
PODEMOS - Marcos do Val*
PL - Magno Malta**

Piauí

PP - Ciro Nogueira*
MDB - Marcelo Castro*
PSD - Jussara Lima** (S)

Rio Grande do Norte

PODEMOS - Styvenson Valentim*
PSD - Zenaide Maia*
PL - Rogerio Marinho**

Santa Catarina

PP - Esperidião Amin*
MDB - Ivete da Silveira* (S)
PL - Jorge Seif**

Alagoas

MDB - Renan Calheiros*
UNIÃO - Rodrigo Cunha*
MDB - Fernando Farias** (S)

Sergipe

PSDB - Alessandro Vieira*
PT - Rogério Carvalho*
PP - Laércio Oliveira**

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031

Amazonas

MDB - Eduardo Braga*
PSDB - Plínio Valério*
PSD - Omar Aziz**

Paraná

PSB - Flávio Arns*
PODEMOS - Oriovisto Guimarães*
UNIÃO - Sergio Moro**

Acre

UNIÃO - Marcio Bittar*
PSD - Sérgio Petecão*
UNIÃO - Alan Rick**

Mato Grosso do Sul

PSD - Nelsinho Trad*
UNIÃO - Soraya Thronicke*
PP - Tereza Cristina**

Distrito Federal

PSDB - Izalci Lucas*
PDT - Leila Barros*
REPUBLICANOS - Damare Alves**

Rondônia

MDB - Confúcio Moura*
PSD - Dr. Samuel Araújo* (S)
PL - Jaime Bagattoli**

Tocantins

PL - Eduardo Gomes*
PSD - Irajá*
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra**

Amapá

PSD - Lucas Barreto*
REDE - Randolfe Rodrigues*
UNIÃO - Davi Alcolumbre**

Roraima

PSB - Chico Rodrigues*
REPUBLICANOS - Mecias de Jesus*
PP - Dr. Hiran**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 29

PSD-16 / PT-8 / PSB-4 / REDE-1

Ana Paula Lobato.	PSB / MA
Angelo Coronel.	PSD / BA
Augusta Brito.	PT / CE
Beto Faro.	PT / PA
Chico Rodrigues.	PSB / RR
Daniella Ribeiro.	PSD / PB
Dr. Samuel Araújo.	PSD / RO
Eliziane Gama.	PSD / MA
Fabiano Contarato.	PT / ES
Flávio Arns.	PSB / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Irajá.	PSD / TO
Jaques Wagner.	PT / BA
Jorge Kajuru.	PSB / GO
Jussara Lima.	PSD / PI
Lucas Barreto.	PSD / AP
Mara Gabrilli.	PSD / SP
Margareth Buzetti.	PSD / MT
Nelsinho Trad.	PSD / MS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Paulo Paim.	PT / RS
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Rodrigo Pacheco.	PSD / MG
Rogério Carvalho.	PT / SE
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Teresa Leitão.	PT / PE
Vanderlan Cardoso.	PSD / GO
Zenaide Maia.	PSD / RN

Bloco Parlamentar Democracia - 29

MDB-10 / UNIÃO-9 / PODEMOS-4 / PDT-3
PSDB-3

Alan Rick.	UNIÃO / AC
Alessandro Vieira.	PSDB / SE
Carlos Viana.	PODEMOS / MG
Cid Gomes.	PDT / CE
Confúcio Moura.	MDB / RO
Davi Alcolumbre.	UNIÃO / AP
Eduardo Braga.	MDB / AM
Efraim Filho.	UNIÃO / PB
Fernando Dueire.	MDB / PE
Fernando Farias.	MDB / AL
Giordano.	MDB / SP
Ivete da Silveira.	MDB / SC
Izalci Lucas.	PSDB / DF
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jayme Campos.	UNIÃO / MT
Leila Barros.	PDT / DF
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	UNIÃO / AC
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães.	PODEMOS / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Professora Dorinha Seabra.	UNIÃO / TO
Renan Calheiros.	MDB / AL
Rodrigo Cunha.	UNIÃO / AL

Sergio Moro.	UNIÃO / PR
Soraya Thronicke.	UNIÃO / MS
Styvenson Valentim.	PODEMOS / RN
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB
Weverton.	PDT / MA

Bloco Parlamentar Vanguarda - 13

PL-12 / NOVO-1

Astronauta Marcos Pontes.	PL / SP
Carlos Portinho.	PL / RJ
Eduardo Girão.	NOVO / CE
Eduardo Gomes.	PL / TO
Flávio Bolsonaro.	PL / RJ
Jaime Bagattoli.	PL / RO
Jorge Seif.	PL / SC
Magno Malta.	PL / ES
Rogério Marinho.	PL / RN
Romário.	PL / RJ
Wellington Fagundes.	PL / MT
Wilder Moraes.	PL / GO
Zequinha Marinho.	PL / PA

Bloco Parlamentar Aliança - 10

PP-6 / REPUBLICANOS-4

Ciro Nogueira.	PP / PI
Cleitinho.	REPUBLICANOS / MG
Dameres Alves.	REPUBLICANOS / DF
Dr. Hiran.	PP / RR
Esperidião Amin.	PP / SC
Hamilton Mourão.	REPUBLICANOS / RS
Laércio Oliveira.	PP / SE
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Tereza Cristina.	PP / MS

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	29
Bloco Parlamentar Democracia.	29
Bloco Parlamentar Vanguarda.	13
Bloco Parlamentar Aliança.	10
TOTAL.	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Alan Rick** (UNIÃO-AC)
Alessandro Vieira* (PSDB-SE)
Ana Paula Lobato** (PSB-MA)
Angelo Coronel* (PSD-BA)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)
Augusta Brito** (PT-CE)
Beto Faro** (PT-PA)
Carlos Portinho* (PL-RJ)
Carlos Viana* (PODEMOS-MG)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)
Cid Gomes* (PDT-CE)
Ciro Nogueira* (PP-PI)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)
Confúcio Moura* (MDB-RO)
Damares Alves** (REPUBLICANOS-DF)
Daniella Ribeiro* (PSD-PB)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)
Dr. Hiran** (PP-RR)
Dr. Samuel Araújo* (PSD-RO)
Eduardo Braga* (MDB-AM)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)
Eduardo Gomes* (PL-TO)
Efraim Filho** (UNIÃO-PB)
Eliziane Gama* (PSD-MA)
Esperidião Amin* (PP-SC)
Fabiano Contarato* (PT-ES)
Fernando Dueire* (MDB-PE)

Fernando Farias** (MDB-AL)
Flávio Arns* (PSB-PR)
Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)
Giordano* (MDB-SP)
Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)
Humberto Costa* (PT-PE)
Irajá* (PSD-TO)
Ivete da Silveira* (MDB-SC)
Izalci Lucas* (PSDB-DF)
Jader Barbalho* (MDB-PA)
Jaime Bagattoli** (PL-RO)
Jaques Wagner* (PT-BA)
Jayme Campos* (UNIÃO-MT)
Jorge Kajuru* (PSB-GO)
Jorge Seif** (PL-SC)
Jussara Lima** (PSD-PI)
Laércio Oliveira** (PP-SE)
Leila Barros* (PDT-DF)
Lucas Barreto* (PSD-AP)
Luis Carlos Heinze* (PP-RS)
Magno Malta** (PL-ES)
Mara Gabrilli* (PSD-SP)
Marcelo Castro* (MDB-PI)
Marcio Bittar* (UNIÃO-AC)
Marcos do Val* (PODEMOS-ES)
Margareth Buzetti* (PSD-MT)
Mecias de Jesus* (REPUBLICANOS-RR)

Nelsinho Trad* (PSD-MS)
Omar Aziz** (PSD-AM)
Oriovisto Guimarães* (PODEMOS-PR)
Otto Alencar** (PSD-BA)
Paulo Paim* (PT-RS)
Plínio Valério* (PSDB-AM)
Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Randolfe Rodrigues* (REDE-AP)
Renan Calheiros* (MDB-AL)
Rodrigo Cunha* (UNIÃO-AL)
Rodrigo Pacheco* (PSD-MG)
Rogério Carvalho* (PT-SE)
Rogerio Marinho** (PL-RN)
Romário** (PL-RJ)
Sergio Moro** (UNIÃO-PR)
Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Soraya Thronicke* (UNIÃO-MS)
Styvenson Valentim* (PODEMOS-RN)
Teresa Leitão** (PT-PE)
Tereza Cristina** (PP-MS)
Vanderlan Cardoso* (PSD-GO)
Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Wellington Fagundes** (PL-MT)
Weverton* (PDT-MA)
Wilder Moraes** (PL-GO)
Zenaide Maia* (PSD-RN)
Zequinha Marinho* (PL-PA)

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Rodrigo Pacheco - (PSD-MG)

1º VICE-PRESIDENTE

Veneziano Vital do Rêgo - (MDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Cunha - (UNIÃO-AL)

1º SECRETÁRIO

Rogério Carvalho - (PT-SE)

2º SECRETÁRIO

Weverton - (PDT-MA)

3º SECRETÁRIO

Chico Rodrigues - (PSB-RR)

4º SECRETÁRIO

Styvenson Valentim - (PODEMOS-RN)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Mara Gabrilli - (PSD-SP)

2º Ivete da Silveira - (MDB-SC)

3º - VAGO

4º - VAGO



COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PDT/PSDB) - 29 Líder Efraim Filho - UNIÃO (4,18) Vice-Líder Professora Dorinha Seabra (21,27,37) Líder do MDB - 10 Eduardo Braga (6) Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (44) Confúcio Moura (35,43) Giordano (45) Líder do UNIÃO - 9 Efraim Filho (4,18) Vice-Líderes do UNIÃO Professora Dorinha Seabra (21,27,37) Davi Alcolumbre (26) Alan Rick (28) Líder do PODEMOS - 4 Oriovisto Guimarães (9) Vice-Líder do PODEMOS Styvenson Valentim (24) Líder do PDT - 3 Cid Gomes (14) Líder do PSDB - 3 Izalci Lucas (5) Vice-Líder do PSDB Alessandro Vieira (48)	Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PT/PSB/REDE) - 29 Líder Eliziane Gama - PSD (29) Líder do PSD - 16 Otto Alencar (7) Vice-Líder do PSD Omar Aziz (31) Líder do PT - 8 Fabiano Contarato (10) Vice-Líderes do PT Teresa Leitão (51) Augusta Brito (52) Líder do PSB - 4 Jorge Kajuru (8,40) Vice-Líder do PSB Ana Paula Lobato (20) Líder do REDE - 1	Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO) - 13 Líder Wellington Fagundes - PL (15) Vice-Líder Zequinha Marinho (47) Líder do PL - 12 Carlos Portinho (22) Vice-Líder do PL Jorge Seif (46) Líder do NOVO - 1 Eduardo Girão (19,25)
Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 10 Líder Ciro Nogueira - PP (1,3,13,34) Líder do PP - 6 Tereza Cristina (12) Líder do REPUBLICANOS - 4 Mecias de Jesus (11) Vice-Líder do REPUBLICANOS Hamilton Mourão (33)	Governo Líder Jaques Wagner - PT (2) Vice-Líderes Confúcio Moura (35,43) Daniella Ribeiro (41,42) Jorge Kajuru (8,40) Professora Dorinha Seabra (21,27,37) Randolfe Rodrigues (36) Weverton (38) Zenaide Maia (39)	Oposição Líder Rogério Marinho - PL (16) Vice-Líderes Eduardo Girão (19,25) Magno Malta (23) Eduardo Gomes (32)
Minoria Líder Ciro Nogueira - PP (1,3,13,34)	Maioria Líder Renan Calheiros - MDB (17)	Bancada Feminina Líder Daniella Ribeiro - PSD (41,42) Vice-Líderes Margareth Buzetti (49) Jussara Lima (50)

Notas:

1. Em 02.01.2023, o Senador **Ciro Nogueira** foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
2. Em 06.01.2023, o Senador **Jaques Wagner** foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
3. Em 01.02.2023, o Senador **Ciro Nogueira** foi designado Líder do Bloco Progressistas/Republicanos (Of. nº 1/2023-Lid PP/Republicanos).
4. Em 01.02.2023, o Senador **Efraim Filho** foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
5. Em 01.02.2023, o Senador **Izalci Lucas** foi designado Líder do Partido Social Democracia Brasileira (Of. s/n/2023).
6. Em 01.02.2023, o Senador **Eduardo Braga** foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 071/2022-GLMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



7. Em 01.02.2023, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
8. Em 01.02.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).
9. Em 01.02.2023, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado Líder do Podemos (Of. 1/2023-GLPODEMOS).
10. Em 01.02.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 003/2023-GLDPT).
11. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
12. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
13. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG).
14. Em 03.02.2023, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. 02/2023-GLPDT).
15. Em 06.02.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 48/2023-BLVANG).
16. Em 06.02.2023, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 03/2023-GSFB).
17. Em 08.02.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado Líder da Maioria (Of. 5/2023-GLUNIAO).
18. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
19. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO).
20. Em 08.02.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro - PSB (Of. nº 1/2023-GLDPSB).
21. Em 16.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. 4/2023-BLDEM).
22. Em 17.02.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. 1/2023-GLPL).
23. Em 27.02.2023, o Senador Magno Malta foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
24. Em 27.02.2023, o Senador Styvenson Valentim foi designado Vice-Líder do PODEMOS (Of. 05/2023-GLPODEMOS).
25. Em 27.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado 1º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
26. Em 28.02.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
27. Em 28.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1ª Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
28. Em 28.02.2023, o Senador Alan Rick foi designado 3º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
29. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
30. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
31. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
32. Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado Vice-Líder da Oposição (Of. nº 04/2023-GLDOP).
33. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
34. Em 20.03.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. nº 05/2023-GLDPP).
35. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
36. Em 23.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
37. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 4ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
38. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
39. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 7ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
40. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
41. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 2ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
42. Em 29.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. 37/2023-GSEGAMA).
43. Em 11.04.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB).
44. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB).
45. Em 11.04.2023, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2021-GLMDB).
46. Em 19.04.2023, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. 12/2023-GLPL).
47. Em 28.04.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 86/2023-BLVANG).
48. Em 10.05.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado Vice-Líder do PSDB (Of. 38/2023-GLPSDB).
49. Em 17.05.2023 a Senadora Margareth Buzetti foi designada 1ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
50. Em 17.05.2023, a Senadora Jussara Lima foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
51. Em 18.05.2023 a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 29/2023-GLDPT).
52. Em 18.05.2023 a Senadora Augusta Brito foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 29/2023-GLDPT).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016****Finalidade:** Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.**Número de membros:** 11**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO**Designação:** 22/06/2016**Leitura:** 13/07/2016**Instalação:** 12/07/2016**MEMBROS**

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes**Telefone(s):** 61 3303 3514**E-mail:** coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

MEMBROS

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR A SITUAÇÃO DOS YANOMAMI E A SAÍDA DOS GARIMPEIROS

Finalidade: Acompanhar "in loco" a situação dos Yanomami e a saída dos garimpeiros de suas terras, no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Requerimento 34, de 2023

Número de membros: 8

PRESIDENTE: Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁴⁾

Instalação: 15/02/2023

MEMBROS

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾

Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾

Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾

Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾

Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽⁵⁾

Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁷⁾

Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁶⁾

Notas:

1. Em 08.02.2023, os Senadores Chico Rodrigues, Dr. Hiran e Mecias de Jesus foram designados membros titulares para compor a Comissão (RQS nº 34/2023).
2. Em 09.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular para compor a Comissão (Of. 8/2023-GSEGAMA).
3. Em 15.02.2023, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular para compor a Comissão (RQS nº 66/2023).
4. Em 15.02.2023, foram eleitos os Senadores Chico Rodrigues e Eliziane Gama como Presidente e Vice Presidente da comissão. O Senador Dr. Hiran foi designado relator (Of. nº 01/2023 - CTEYanomami).
5. Em 1º.03.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular para compor a Comissão (Of. 11/2023-GSMPONTE).
6. Em 1º.03.2023, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular para compor a Comissão (SF/23418.31524-10).
7. Em 1º.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular para compor a Comissão.

Secretário(a): Lenita Cunha e Silva | Secretárias-Adjuntas: Camila Moraes Bittar e Erika Leal Mello

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cteyanomami@senado.leg.br



4) COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE
POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE

Finalidade: Debater, no prazo de dois anos, políticas públicas sobre hidrogênio verde, de modo a fomentar o ganho em escala dessa tecnologia de geração de energia limpa e avaliar políticas públicas que fomentem a tecnologia do hidrogênio verde.

ATS nº 4, de 2023

Número de membros: 7 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2023

TITULARES	SUPLENTES
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	3. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽²⁾	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽²⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾	
Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) ⁽²⁾	

Notas:

1. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes e Otto Alencar foram designados Presidente e Relator, respectivamente, da Comissão (ATS 4/2023).
2. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Astronauta Marcos Pontes, Fernando Dueire, Luis Carlos Heinze, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira, Eliziane Gama e Eduardo Girão, membros suplentes, para compor a Comissão (ATS nº 4/2023).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | Secretário-Adjunto: Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cehv@senado.leg.br



5) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA PARA EXAMINAR OS ANTEPROJETOS APRESENTADOS NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE JURISTAS.

Finalidade: Destinada, para no prazo de até noventa dias, examinar e, se assim entender, consolidar os anteprojetos apresentados no âmbito da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojetos de proposições legislativas que dinamizem, unifiquem e modernizem o processo administrativo e tributário nacional - CJADMTR, composta por nove membros titulares e igual número de suplentes.

Requerimento nº 479, de 2023.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁾	2. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁾
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽¹⁾	3. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽¹⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹⁾	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽¹⁾	5. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	6. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	7. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾	8. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	9. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 18.05.2023, os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Oriovisto Guimarães, Vanderlan Cardoso, Daniella Ribeiro, Jaques Wagner, Eduardo Gomes, Rogerio Marinho e Tereza Cristina foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Weverton, Fernando Farias, Professora Dorinha Seabra, Augusta Brito, Irajá, Izalci Lucas, Laércio Oliveira e Wellington Fagundes, membros suplentes, para compor a Comissão.



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DAS ONGS

Finalidade: Investigar, no prazo de 130 dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs, e OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023, a concentração desses recursos em atividades-meio, de forma a descumprir os objetivos para os quais esses recursos foram destinados originalmente, o desvirtuamento dos objetivos da ação dessas entidades, operando inclusive contra interesses nacionais, casos de abuso de poder, com intromissão dessas entidades em funções institucionais do poder público e a aquisição, a qualquer título, de terras por essas entidades.

Requerimento nº 292, de 2023

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 05/04/2023

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
	1.



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽²⁾	1. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽²⁾
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽²⁾	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(2,5,13)
Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) ⁽²⁾	3. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ^(2,5,13)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾	4. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(2,5,13)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽²⁾	5. Senador Giordano (MDB-SP) ^(2,5,11,12,13)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽²⁾	6. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽²⁾
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	7. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽²⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽²⁾	8. Senador Weverton (PDT-MA) ^(2,13)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾	9. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(2,13)
Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ⁽²⁾	10. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(2,13)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ^(4,9,10)
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽⁴⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(4,9)	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾	4. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾	5. Senador Dr. Samuel Araújo (PSD-RO) ⁽⁴⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾	6. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁴⁾	8. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,10)	9. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁸⁾	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾	2. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽¹⁾	3. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	4. Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Wilder Moraes, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Romário, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Cid Gomes e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Fernando Dueire, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Weverton e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

3. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Presidente deste colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. Em 07.03.2023, os Senadores Vanderlan Cardoso, Irajá, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Paulo Paim, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDM).
5. Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Efraim Filho, Giordano e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
6. Em 14.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Angelo Coronel Vice-Presidente deste colegiado.
7. Em 15.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 17/2023-BLRESDM).
8. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDP).
9. Em 22.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 20/2023-BLRESDM).
10. Em 27.03.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns; e o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLRESDM).
11. Em 12.04.2023, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLDEM).
12. Em 25.04.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 29/2023-BLDEM).
13. Em 16.05.2023, os Senadores Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Weverton, Plínio Valério e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽³⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(3,6)
Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ⁽³⁾	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,6)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽³⁾	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(3,6)
Senador Giordano (MDB-SP) ⁽³⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ^(3,6)
Senadora Ivete da Silva (MDB-SC) ⁽³⁾	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾	6. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾	7. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	8.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ^(2,8)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽²⁾	3. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽²⁾	7. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(2,8)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽¹⁾	2. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽¹⁾	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(1,9)	1. ^(1,9)
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(1,9)	2. ^(5,9)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,9)	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ^(1,9)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Romário, Eduardo Girão, Wilder Moraes, Dr. Hiran, Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli, Zequinha Marinho e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 004/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Ivete Silva, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Alan Rick, Davi Alcolumbre, Renan Calheiros, Marcelo Castro, Carlos Viana, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Humberto Costa e a Senadora Mara Gabrilli o Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLVANG).
- Em 10.03.2023, os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Marcelo Castro e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
- Em 27.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão; e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLRESDEM).
- Em 31.03.2023, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares; o Senador Cleitinho, membro suplente; e os Senadores Eduardo Gomes e Zequinha Marinho deixaram de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLD/BLPPP).



Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro
Telefone(s): 3303-4608
E-mail: cas@senado.leg.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽²⁾	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(2,5)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽²⁾	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(2,5)
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽²⁾	3. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(2,5,8)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾	4. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(2,5,8)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽²⁾	5. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(2,5,8)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽²⁾	6. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(2,5,8)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	7. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(2,5,8)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽²⁾	8. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(2,7,8)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	9. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ^(2,8)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽²⁾	10. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(2,8)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽³⁾	1. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽³⁾
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽³⁾	2. Senador Irajá (PSD-TO) ^(3,9)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽³⁾	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽³⁾
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽³⁾	4. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽³⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽³⁾	5. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽³⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽³⁾	6. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽³⁾	8. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ^(3,5)
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽³⁾	9. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) ⁽¹⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽¹⁾	4. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁾	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Magno Malta, Eduardo Girão, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Fernando Farias, Carlos Viana, Randolfe Rodrigues, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli, Daniella Ribeiro, Paulo Paim, Humberto Costa, Teresa Leitão e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado.

5. Em 10.03.2023, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick e Giordano foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).

6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDP).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



7. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 25/2023-BLDEM).

8. Em 10.05.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick, Carlos Viana, Marcelo Castro, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como Suplentes modificadas na Comissão (Of. 42/2023-BLDEM).

9. Em 10.05.2023, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 47/2023-BLREDEM).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,6)
Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) ⁽³⁾	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ^(3,6)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽³⁾	3. Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ^(3,6)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ^(3,6,7,8)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽³⁾	5. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾	6. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽³⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾	7.
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾	8.
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾	9.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	10.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	1. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽²⁾	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	3. Senador Dr. Samuel Araújo (PSD-RO) ⁽²⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾	4. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾
	5. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	7. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾	8. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾	9.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(1,11)	1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(1,11)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(1,11)	2. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) ^(1,11)
Senador Magno Malta (PL-ES) ^(1,11)	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(1,11)
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ^(1,11)	4. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Romário (PL-RJ) ^(1,5,10)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(1,5,10)
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(1,10)	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(1,10)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,10)	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(1,10)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Romário, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Rogerio Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Daniella Ribeiro, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Jaques Wagner e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Marcio Bittar, Soraya Thronicke, Alan Rick, Ivete Silveira, Leila Barros e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Flávio Arns e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

5. Em 08.03.2023, o Senador Romário foi designado membro titular e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 10.03.2023, os Senadores Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Soraya Thronicke e Alan Rick foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
7. Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
8. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
10. Em 31.03.2023, os Senadores Romário (vaga cedida ao PL), Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Ofs. nºs 69/2023-BLVANG e 4/2023-GABLI/BLPPREP).
11. Em 31.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta e Astronauta Marcos Pontes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Gomes, Zequinha Marinho e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG).
12. Em 04.04.2023, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 75/2023-BLVANG).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER E AVALIAR O ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 5/2023-CE, da Senadora Teresa Leitão, para, no prazo de cento e oitenta dias, debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil, seus desafios e perspectivas.

(Requerimento 5, de 2023)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾

Instalação: 29/03/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾	1.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽¹⁾	1.
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 27.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra e Izalci Lucas foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia; as Senadoras Teresa Leitão e Augusta Brito, membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática; e o Senador Astronauta Marcos Pontes, membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 17/2023-CE).

2. Em 28.03.2023, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 18/2023-CE).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽³⁾	1. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(3,14)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽³⁾	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(3,14)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,14)
Senador Giordano (MDB-SP) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ^(7,14)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾	5. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(6,14)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(9,14)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽²⁾	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(2,5)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Dr. Samuel Araújo (PSD-RO) ^(2,5)	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾	4. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽²⁾	6. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁸⁾	
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senador Zequinha Marinho (PL-PA) ⁽¹⁾	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(1,11,12)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,10)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Wellington Fagundes, Jorge Seif, Carlos Portinho, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
2. Em 07.03.2023, os Senadores Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Beto Faro e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
3. Em 07.03.2023, os Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Confúcio Moura, Giordano, Marcos do Val e Leila Barros foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues, Carlos Viana e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Fabiano Contarato Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
5. Em 08.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo foi designado membro titular e o Senador Vanderlan Cardoso, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 06/2023-BLRESDEM).
6. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
7. Em 15.03.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM).
8. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
9. Em 22.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLDEM).
10. Em 26.04.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, em substituição ao Senador Cleitinho, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLALIAN).
11. Em 27.04.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLALIAN).
12. Em 08.05.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 19/2023-GABLD/BLALIAN).
13. Em 16.05.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 48/2023-BLRESDEM).



14. Em 16.05.2023, os Senadores Carlos Viana, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Cid Gomes e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 13/2023-CMA, do Senador Wellington Fagundes, com o objetivo de estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 13, de 2023)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
	1.
	2.
	3.
	4.

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	1. Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ⁽³⁾
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽³⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	3. VAGO ^(3,6)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ⁽³⁾	4. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾	5. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾	6.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	7.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽²⁾	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	3. VAGO ^(2,8)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	5. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾	7. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾	1.
Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾	2.
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽⁵⁾	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Magno Malta, Romário, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Laércio Oliveira e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
2. Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Paulo Paim, Humberto Costa e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Eliziane Gama, Fabiano Contarato e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
3. Em 07.03.2023, os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete Silveira, Carlos Viana, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Alan Rick, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Zenaide Maia Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
5. Em 08.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
6. Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
8. Em 23.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 24/2023-BLREDEM).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Terças-feiras 12 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,6)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(3,6)	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,6)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,6)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽³⁾	4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,6)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(3,8)	6. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ^(3,8)
Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ⁽³⁾	7. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽²⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾	5. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽²⁾	7. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ^(1,11)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(1,11)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(1,11)	2. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(1,11)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(1,5,11)	3. Senador Magno Malta (PL-ES) ^(5,10,11,13)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(1,12)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(1,12)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(1,12)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(1,12)

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Romário, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho, Wilder Moraes, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
2. Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Beto Faro, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
3. Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Marcos do Val, Leila Barros e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete Silveira, Carlos Viana, Cid Gomes e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRE).
5. Em 08.03.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
6. Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
7. Em 16.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Cid Gomes Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-CRE).
8. Em 16.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passou a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2023-BLDEM).
9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPP).
10. Em 31.03.2023, o Senador Romário deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 69/2023-BLVANG).
11. Em 31.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes e Tereza Cristina (vaga cedida ao PP) foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wilder Moraes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG).
12. Em 31.03.2023, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLI/BLPPREP).
13. Em 19.05.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 104/2023-BLVANG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira
Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7
Telefone(s): 3303-5919
E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽²⁾	1. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽²⁾
Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ⁽²⁾	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(2,5,10)
Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) ⁽²⁾	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(2,5,6,10)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾	4. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(2,5,10)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽²⁾	5. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(2,10)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽²⁾	6. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ^(2,10)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽²⁾	7. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(2,10)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	8. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ^(2,10)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽²⁾	9. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(2,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽⁴⁾	1. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾	2. Senador Dr. Samuel Araújo (PSD-RO) ⁽⁴⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽⁴⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(4,8)	4. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾	5. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁴⁾	6. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁴⁾	7. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁴⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	8. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽¹⁾	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽¹⁾	3. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Wilder Moraes, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Weverton e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Alan Rick, Randolfe Rodrigues, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Confúcio Moura Presidente deste colegiado.
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Augusta Brito, Teresa Leitão, Beto Faro e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Dr. Samuel Araújo, Margareth Buzetti, Omar Aziz, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDM).
- Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Alan Rick e Randolfe Rodrigues foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDP).
- Em 23.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 22/2023-BLRESDM).
- Em 21.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Augusta Brito Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 29/2023-CI).



10. Em 16.05.2023, os Senadores Alan Rick, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽²⁾	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(2,5)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽²⁾	2. Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) ^(2,5)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(2,5)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽²⁾	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(2,5)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(2,5)	5. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽²⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁴⁾	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾	6.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽¹⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾	3. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Zequinha Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
2. Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Eduardo Braga, Marcelo Castro, Carlos Viana e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Ivete da Silveira, Alan Rick e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
3. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2023-CDR).
4. Em 07.03.2023, os Senadores Irajá, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Beto Faro e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Zenaide Maia, Otto Alencar, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
5. Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular e os Senadores Fernando Farias, Rodrigo Cunha, Ivete da Silveira e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
6. Em 14.03.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 16/2023-BLREDEM).
7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽³⁾	1. Senador Giordano (MDB-SP) ^(3,5)
Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ⁽³⁾	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,5)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽³⁾	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,5)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽³⁾	4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,5)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽³⁾	5. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽²⁾	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽²⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽²⁾	6. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽¹⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾	2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(1,7,9)
Senador Zequinha Marinho (PL-PA) ⁽¹⁾	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Zequinha Marinho, Luis Carlos Heinze e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Moraes, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Tereza Cristina e Esperidião Amin membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
2. Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Beto Faro, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima, Otto Alencar, Angelo Coronel, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
3. Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Fernando Farias, Jader Barbalho, Davi Alcolumbre, Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Giordano, Ivete da Silveira e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRA).
5. Em 10.03.2023, os Senadores Giordano, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
7. Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão deixou de compor a Comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 61/2023-BLVANG).
8. Em 23.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 21/2023-BLREDEM).
9. Em 16.05.2023, o Senador Laercio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 94/2023-BLVANG).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) ⁽³⁾	1. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽³⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽³⁾	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽³⁾	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽⁵⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾	5.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁸⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾	5. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽²⁾	6. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁷⁾	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Carlos Portinho, Eduardo Gomes e Dr. Hiran foram designados membros titulares, e os Senadores Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Beto Faro, Teresa Leitão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Lucas Barreto, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Carlos Viana e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre, Marcos do Val e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Carlos Viana Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2023-SACCT).
- Em 17.03.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
- Em 31.03.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Of. 05/2023-BLPPREP).
- Em 03.05.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 46/2023-BLREDEM).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽¹⁾	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
	1.

Notas:

1. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).

Secretário(a): Felipe Costa Geraldes

Telefone(s): 3303-4488

E-mail: csf@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽³⁾	1. Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ⁽³⁾
Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) ⁽³⁾	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	3. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ⁽⁸⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹³⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾	6. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(2,7)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,7)	2. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(2,5)	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾	5. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁶⁾	6.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ^(1,11)	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(1,11)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(1,11)	2. VAGO ^(1,11)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ^(1,11)	3. ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(1,12)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(1,12)
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ^(1,12)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,12)

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Sergio Moro, Rodrigo Cunha, Renan Calheiros, Eduardo Braga, Styvenson Valentim e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcos do Val e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-SACTFC).

5. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLRESDM).

6. Em 09.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLRESDM).

7. Em 09.03.2023, o Sendor Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 14/2023-BLRESDM).

8. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).

9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDP).

10. Em 22.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-SACTFC).

11. Em 31.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares e o Senador Jaime Bagattoli, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 69/2023-BLVANG).

12. Em 31.03.2023, os Senadores Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares e os Senadores Esperidião Amin e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a comissão (Of. nº 04/2023-GABLIID-BLPPREP).

13. Em 13.04.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 28/2023-BLDEM).



14. Em 25.04.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 30/2023-BLDEM).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (4)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (3)	1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (3,6)	2. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (3,10)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (3)	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (3)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (3)	4. Senadora Leila Barros (PDT-DF) (3)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (3)	5. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (3)
Senador Weverton (PDT-MA) (3)	6. Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) (14)
Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) (3)	7.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (2)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (2)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (2)
Senador Dr. Samuel Araújo (PSD-RO) (2)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (2)	5. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (2)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (2)	6. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (2)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (5)	7. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) (8)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) (7)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (1)	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1)
Senador Jorge Seif (PL-SC) (1)	2. Senador Magno Malta (PL-ES) (11)
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (9)	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (12)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (1)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1)	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (13)

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Dr. Samuel Araújo, Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Lucas Barreto, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Augusta Brito, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Professor Sergio Moro, Alan Rick, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim filho, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Sérgio Petecão e Jorge Kajuru Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

5. Em 08.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 5/2023-BLRESDM).

6. Em 15.03.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alan Rick, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM).

7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).

8. Em 22.03.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 19/2023-BLRESDM).

9. Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 61/2023-BLVANG).

10. Em 22.03.2023, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLDEM).

11. Em 28.03.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 65/2023-BLVANG).

12. Em 28.03.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 66/2023-BLVANG).



13. Em 12.04.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PP/Republicanos, para compor a comissão (Of. 11/2023-BLPPREP).

14. Em 12.04.2023, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 26/2023-BLDEM).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): (61) 3303-2315

E-mail: csp@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	CORREGEDOR

Atualização: 27/06/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035258**E-mail:** naot@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (MDB-AM)**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995**8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999**9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001**10ª Eleição Geral:** 02/06/2015**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003**11ª Eleição Geral:** 30/05/2017**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**12ª Eleição Geral:** 18/09/2019**6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**13ª Eleição Geral:** 21/03/2023**7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

TITULARES		SUPLENTEs	
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)			
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)		1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)		2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)		3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)		4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)	
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)		5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG)	
Senador Weverton (PDT-MA)		6. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)			
Senador Otto Alencar (PSD-BA)		1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM)		2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)	
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)		3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)		4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)		5. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
Senador Magno Malta (PL-ES)		1.	
Senador Jorge Seif (PL-SC)		2.	
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
Senador Dr. Hiran (PP-RR)		1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)		2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)	
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)			

Atualização: 21/03/2023

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035258**E-mail:** naot@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

Atualização: 08/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



4) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995

2ª Designação: 30/06/1999

3ª Designação: 27/06/2001

4ª Designação: 25/09/2003

5ª Designação: 26/04/2011

6ª Designação: 21/02/2013

7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	Procurador do Senado

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa

NAOT

Telefone(s): 33035714



5) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	PROCURADORA

Atualização: 30/03/2023



6) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 11/02/2023

Notas:

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador PLÍNIO VALÉRIO, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



7) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



8) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:



9) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



10) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



11) COMENDA REI PELÉ
(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)



12) MEDALHA MARIA QUITÉRIA
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



13) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

